

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Luís Filipe Alexandre Rodrigues, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Manuel Joaquim Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina e Fernando Jorge de Oliveira Paulino.

A Sra. Vereadora Maria Dália Pimentel Pereira Vale Rego, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de janeiro de 2017, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.



2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Lopes – Há uma questão levantada pela comunicação social que penso que apanhou todo o executivo desprevenido. Não quis levantar isto mais cedo, porque o *timing* não era o melhor, mas quando foi o falecimento e o funeral de Manuel Bola veio uma notícia no jornal a dizer que a Diocese não permitia cerimónias religiosas no Convento de Jesus. Pelo que li a Sra. Presidente também foi surpreendida, nós também. Houve declarações suas em que disse que iria falar com a Diocese para ver se era decisão definitiva ou se era ultrapassável. Queria saber se essa conversa já decorreu e se há alguma novidade. Presumo que as relações entre a Câmara e a Diocese sejam as melhores – e não é por aí – mas queria perceber realmente se a Igreja do Convento de Jesus está mesmo impedida de ali se realizar cerimónias religiosas. Isto para percebermos o que é que levou a Diocese a tomar uma medida que não é radical, mas é extrema.

Em 2010 foi lançado o concurso público do crematório e uma das características desse concurso era a recuperação da Capela de Nossa Senhora da Piedade no cemitério antigo. Foram dadas algumas justificações para o facto de a recuperação ainda não ter sido feita pois constava do caderno de encargos desse concurso. Já se passaram sete anos desde que foi feito o lançamento. Queria saber qual é o ponto de situação, porque chega o momento em que isto tem de ser encarado e por muito difícil que seja a situação do consórcio. Isto foi o que se disse, da situação do consórcio para não se avançar nas obras, mas há que se dar cumprimento àquilo que foi uma deliberação da Câmara.

Sra. Presidente – Agradeço as questões que o Sr. Vereador colocou, porque de facto foi uma atitude que ninguém estava à espera por parte da Diocese. Quem solicitou o espaço à Câmara, que tem a sua gestão neste momento, foi a família do saudoso Manuel Bola. De imediato a Câmara abriu as portas e esperámos que tudo o resto se desenvolvesse como era previsível. O espaço está para obras neste segundo concurso para recuperação do Convento de Jesus, e uma das partes é a igreja. De facto, houve um “resfriar” de relação entre a Câmara e a entidade que fazia a gestão da igreja, a Santa Casa da Misericórdia. Depois disso o Sr. Bispo solicitou-nos que cedêssemos a igreja à Diocese, o que não estava e ainda não está protocolado. Está na mão do Sr. Bispo a entrega de um modelo de protocolo, à semelhança do que existe para o Mosteiro dos Jerónimos e pediu-nos ele e o Sr. Padre Lobato que aguardássemos pelo documento e assim estamos à espera. Naquela altura ainda andávamos em conversa e achámos muito estranho o que a Diocese fez. É claro que ficámos zangados e se o disse publicamente melhor o fiz, tive uma reunião com o Sr. Bispo e o Sr. Padre Lobato a relatar a nossa tristeza e perplexidade em relação a este tipo de atitude. Não sabia que se misturava este protocolo que se vai fazer com a Diocese, e não com a Santa Casa, para o culto da religião católica. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. É feito um pedido e por falta desse protocolo foi recusado fazer-se uma missa. Não vou transmitir a conversa que tive com o Sr. Bispo, mas este lamentou a ocorrência. Para nós e para a família é bom esta atitude, não estávamos à espera de outra coisa, é bom sinal. Para a gestão da igreja estamos à espera que o Sr. Bispo nos dê o tal protocolo que ele deseja ver implementado e que seja igual ao do Mosteiro dos Jerónimos.

Em relação à obra da capela que era contrapartida pela construção do forno crematório responderá o Sr. Vereador Carlos Rabaçal que tem estado permanentemente a pressionar a entidade que fez o complexo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Já foi aqui explicada essa matéria. Na altura o consórcio estava com dificuldades, e ainda não está bem, mas já iniciou a exploração do forno crematório e parece que não tem corrido mal a exploração. Notificámos o empreiteiro para avançar com a obra e pedimos que nos mandassem os elementos necessários sobre as soluções que encontraram. Mandaram uns primeiros documentos muito insuficientes e pedimos mais informação. Tem havido correspondência e, entretanto, informaram que iriam iniciar num prazo determinado. Dissemos que não podiam, porque não tínhamos os elementos necessários para eles poderem avançar, não o podem fazer sem a indicação das soluções que encontraram para a reabilitação.



Fizemos um ultimato para fazerem a obra em 10 dias, ainda não responderam, mas em simultâneo convocámos uma reunião para ver se levamos isto a bem senão temos de intervir do ponto de vista legal. A questão não tem estado esquecida, tem-se arrastado um pouco, mas a situação da capela começa a ficar insustentável e também já fizemos notar isso ao consórcio responsável pela sua reabilitação e está marcada uma reunião para breve, para acertar as coisas. Convém levar as coisas a bem, mas há limites para tudo, há de haver uma altura em que temos de decidir e é conforme correr a reunião, se intervimos de forma legal ou não. É dado um prazo definitivo e após isso acionamos os mecanismos legais em relação ao consórcio. Isto não está esquecido e é uma preocupação nossa. Está difícil, mas estamos a tentar levar isto a bom termo para não por em xeque o próprio consórcio, mas também não podem fazê-lo à Câmara e nem ao interesse público. Logo que tenha mais notícias darei e agradeço a questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Lopes, que merece esclarecimento.

Quanto à questão da SAPEC a nossa Proteção Civil preparou uma informação muito longa, que não vou ler integralmente, mas os nossos bombeiros foram chamados após a informação de uma explosão. Antes de os bombeiros chegarem houve uma intervenção do sistema de proteção da própria SAPEC e das empresas envolvidas. Rapidamente verificaram que não tinham condições de resolver o problema e chamaram os bombeiros, que apareceram poucos minutos depois. De seguida e tendo em conta o tipo de sinistro foram chamados bombeiros de Palmela, Sesimbra, Montijo e Barreiro, acionando o sistema de emergência externa. O incêndio envolveu no seu combate 38 veículos e 103 operacionais. Tem-se falado bastante da questão do enxofre e da sua perigosidade, havendo uma dificuldade porque não se combate com água. Pode-se combater um incêndio à volta do enxofre desde que esteja confinado com água, mas não estando confinado já não se pode e arderam os contentores onde estava confinado o enxofre que rapidamente liquidifica e torna-se incontroável. Na previsão disso os bombeiros desenvolveram um esquema de proteção com terras e areia em volta dos edifícios de forma a que o enxofre ao se espalhar e liquidificar não saia da zona, ficando confinado. Isto conseguiu-se, não houve nenhuma dificuldade com essa situação, mas criou-se problemas complicados, um dos armazéns é revestido a lona, tipo tenda. Ardeu a lona e foi muito fácil confinar o enxofre nesse armazém, porque foi possível colocar espumífero e terra por cima. O facto de se pôr terra e espumífero não impede a combustão, aquilo continua a arder até acabar o combustível. Isto foi conseguido no primeiro armazém, mas o segundo tinha uma estrutura metálica gigantesca e não era possível entrar lá e fazer chegar o espumífero. Teve de se deixar arder um pouco e trazer máquinas para destruir a estrutura e intervir com terras vegetais, sobretudo para impedir a nuvem química e que é a questão mais grave. Neste caso a nuvem química deixou de existir embora haja combustão química debaixo da terra. Em princípio amanhã de manhã os trabalhos de confinamento do incêndio estarão concluídos, está previsto desmontar os mecanismos de emergência que estão montados às 08h00 da manhã, mas mantendo-se a vigilância do confinamento. Estiveram connosco neste período a GNR, o INEM e APA em permanente relacionamento connosco, sempre a medir a qualidade do ar e utilizando as várias centrais existentes. A Proteção Civil, de imediato e ainda de madrugada, organizou um mecanismo de aviso à população ali mais perto, foram encerradas escolas e tomadas medidas de segurança. Obtivemos ainda a informação de que com o vento a nuvem espalhou-se bastante. Há medidas complementares a tomar em relação a escolas e isso será anunciado rapidamente. Amanhã, a partir do meio-dia, a questão no essencial estará resolvida, o impacto da nuvem estará dissipado e há avisos a dar às populações como por exemplo em caso de alergias devendo dirigir-se de imediato ao sistema de saúde. Ainda não há conhecimento das causas, isso será investigado pelo Ministério do Ambiente, as seguradoras e as entidades competentes, não compete à Câmara verificar essa questão. Tanto quanto é possível perceber, para um sinistro deste género, foram tomadas todas as medidas necessárias de proteção. Os efeitos e impactos da nuvem tóxica têm de ser controlados, mas não eram de todo evitáveis num sinistro deste género. Todos os mecanismos da Proteção Civil da região foram acionados. Houve avisos dos serviços às suas populações, há todo um processo de alerta que ainda continua, amanhã durante o dia a situação estará dissipada e resolvida. Isto é uma situação de combate a um risco químico para o qual são necessárias estratégias muito específicas. Houve seis pessoas que ficaram ligeiramente feridas

4

com salpicos do enxofre a arder, o que funciona como ácido na pele. Apesar da proteção dos nossos e dos outros bombeiros houve salpicos que entraram pelas calças e botas e magoaram, houve também um salpico que entrou por trás de uma luva. Creio que não houve nada de muito grave, mas houve todo o cuidado em assegurar que o combate fosse feito com distanciamento suficiente para não pôr a vida dos bombeiros em risco. Houve apoio do sistema de socorro a nível regional, com fornecimento de máscaras de acordo com as necessidades que elencámos. Estiveram cá o GIPS da GNR, o Sr. Comandante dos Sapadores de Lisboa, que é especialista em riscos químicos, e tivemos uma série de apoios de proteção e socorro que é acionado de imediato sempre que há riscos destes. Se fosse em Palmela, Seixal ou Lisboa os profissionais de Setúbal teriam ido acompanhar e apoiar. São daqueles riscos que geram uma convergência imediata de esforços tendo em conta a sua perigosidade. Não foi atingida a área de produção onde estava muito mais enxofre do que ali, a empresa continua a laborar e não há dificuldades de laboração. Há seguramente um prejuízo que a empresa irá apurar e outros laterais que serão avaliados pelas agências especializadas, e estão a verificar quais são os impactos complementares. Isto além do impacto direto na fábrica e no conjunto da cidade e municípios limítrofes. Se houver responsabilidades a apurar essas entidades irão fazê-lo. Nós, o Município, fizemos tudo o que era necessário fazer e creio que toda a eficácia com a ajuda de todo o sistema de proteção e socorro para este caso.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Leu a seguinte moção “Novo Aeroporto Complementar no Montijo”, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

A necessidade de ampliar a capacidade aeroportuária da Área Metropolitana de Lisboa tem vindo a aumentar de uma forma significativa na última década.

De acordo com os dados mais recentes, prevê-se que o tráfego aeroportuário continue a aumentar nos próximos anos esgotando a curto/médio prazo a capacidade instalada em Lisboa. Desde há vários anos que diversas soluções têm vindo a ser estudadas restando no final duas alternativas, ou seja, construir um novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, ou aproveitar a Base Aérea nº6 no Montijo para o novo aeroporto complementar, dedicado principalmente aos voos low-cost.

A opção de construir um novo aeroporto de raiz nos próximos tempos foi abandonada, uma vez que, apesar de precisar de ser adaptada, existe uma infraestrutura, que por valores muito mais reduzidos e em prazos muito mais curtos, muito próxima do centro da capital, permite encontrar uma solução para responder às necessidades da procura esperada até 2050.

Já o anterior Governo tudo tinha preparado para avançar com a opção do aeroporto complementar na BA6 no Montijo, o que de acordo com toda a informação conhecida o atual Governo decidiu manter. Tudo indica que a conhecida opção “Portela+1” vai ser concretizada.

A decisão de localizar uma infraestrutura desta dimensão e com estas características na Península de Setúbal é um motivo de regozijo para toda a população, tendo os seus representantes políticos o dever de se unirem para concretizar esse anseio de há muitos anos.

O Governo, os Deputados e os Autarcas de todos os partidos têm a obrigação de encontrar um consenso em torno da instalação do novo aeroporto complementar no Montijo, exigindo-se respeito pelas autonomias e identidades dos diversos níveis de poder.

Os cidadãos, os trabalhadores, os empresários, os investidores querem uma decisão favorável ao desenvolvimento da região, que exclua guerras político/partidárias estéreis.

Assim, a Câmara Municipal de Setúbal reunida a 15 de Fevereiro de 2017, delibera:

1- Aprovar a intenção de instalar o Novo Aeroporto Complementar no Montijo;

2- Exigir ao Governo que reúna rapidamente com todos os autarcas da região para articular, aperfeiçoar e melhorar a solução final.”

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Esta questão tem um peso maior do que as palavras que o Sr. Vereador Luís Rodrigues pôs na moção. É uma infraestrutura única no país, fundamental e muitíssimo importante para o futuro, não é coisa para se discutir em termos de clubismo de localização, “se vem para o meu concelho é bom, se vai para o do vizinho é mau”, se vem para a minha região é bom, se vai para a do vizinho é mau. Não é assim que se pode discutir e nem

4

se pode pedir consenso, tal como se diz na moção: “o governo, os deputados e os autarcas de todos os partidos têm a obrigação de encontrar um consenso em torno da instalação do novo aeroporto complementar no Montijo”, e isto quando até agora os estudos estratégicos indicam que é necessário encontrar uma alternativa à Portela. Os aviões de mais longo curso continuarão sempre a sobrevoar Lisboa para aterrar e levantar voo? Passou agora a ser essa a opção estratégica e técnica? Os estudos que faziam a ligação da necessidade de um novo aeroporto na zona sul da península de Setúbal apontavam para Rio Frio ou para Alcochete. Foram essas as conclusões técnicas na perspetiva de longo prazo infraestrutural, até à área logística do Poceirão, com as ligações ao TGV, quer se construa nesta década ou não. Esta questão do Portela+1 entende-se como uma reviravolta nas opções, os estudos estratégicos estão feitos nos municípios e no âmbito do distrito de Setúbal que estudam há muito tempo estas opções e tomaram posições que estão devidamente enquadradas nos planos de desenvolvimento estratégico de toda a região de Lisboa. É o caso do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal que foi promovido por todos os municípios e está bem definido desde há 15 ou 20 anos. As opções têm sido todas elas enquadradas nos planos de desenvolvimento estratégico da região de Lisboa, com a península de Setúbal incluída. Isto é um volte-face! Porque calha num concelho perto não podemos apelar a que agora façam todos o consenso em torno desta solução. Se esta não for a solução que melhor serve o País não é esta a solução para fazer consenso. Esta opção Portela+1 eternizando a Portela dentro de Lisboa é nova como consenso, nunca foi consensualizada em termos estratégicos e técnicos. O problema nasce aí, agora tem de se colocar uma outra questão, a oportunidade compreendeu-se nos tempos da crise, das restrições financeiras, de não haver dinheiro para nada e os grandes projetos suspenderam-se, foi uma circunstância do País. Na altura em que pode haver alguma folga optar pelo Portela+1 é abandonar o projeto estratégico do novo aeroporto de Lisboa, claramente, não se vai fazer outro em cima daqui a 10 anos, ali em Alcochete. Esta solução nunca foi indiciada enquanto a ANA não foi privatizada, enquanto não aconteceu a privatização da TAP. Então agora passa a ser a melhor opção? Tenho as minhas dúvidas. Resolve-se isso com uma indemnização à Força Aérea? Tenho dúvidas. Isto não vai no sentido dos estudos estratégicos que estavam, esses sim, mais consensualizados, e faziam parte das opções estratégicas em termos de planeamento no âmbito do distrito de Setúbal, e daquilo que está previsto nos planos de desenvolvimento regional de toda a área metropolitana de Lisboa. Esta solução é nova, mas da nossa e da minha parte não podemos ir atrás deste consenso que é aqui pedido só porque é no Montijo. Diria a mesma coisa se fosse na OTA, faria a mesma intervenção. O aeroporto não é só importante para os concelhos de uma banda, é para o País. Isto é uma estrutura pesada, não deve ser resolvida assim, por uma oportunidade qualquer. Sendo isto contrário ao que está nos planos de desenvolvimento estratégico de toda a área metropolitana de Lisboa e da península, inclusive, pelos municípios, esta não é a solução do aeroporto de Lisboa. O argumento que parece que está a empurrar esta hipótese é que se vai atingir mais depressa o número de passageiros do que aquilo do que se previa há uns anos. A história da projeção do número de passageiros a circular no aeroporto de Lisboa é a mais mal contada de sempre, nunca ninguém acertou, aquilo que estava para acontecer no seguinte acontecia dez anos depois e o que estava na projeção a cinco anos afinal andava. Esse argumento é muito falível e sem prejuízo de que nos últimos anos houve um grande crescimento do turismo, mas o movimento de dois ou três anos não pode fundamentar decisões de fundo. As opções de fundo devem permanecer assim e deve-se criar condições para que estas se materializem, porque vai-se investir sempre muito dinheiro. Como é de privados cede-se ao investimento necessário para se ficar com o investimento de oportunidade? Não gostaria que isso acontecesse. O meu apelo é em sentido inverso ao que está aqui na moção, que se mantenham os consensos em torno das grandes opções estratégicas e tecnicamente mais consensualizadas. Esse é que é o meu apelo.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A minha intervenção é no sentido da do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes. Esta moção vem completamente antes de tempo, na altura em que vem estão a ser feitos estudos que vão verificar se é viável ou não, portanto não faz nenhum sentido a Câmara Municipal estar a antecipar-se aos estudos que outros estão a fazer para decidir se há condições



ou não. Embora pensem que sim não sabem. Basta ouvir as declarações dos responsáveis políticos do governo sobre esta matéria. A segunda questão é que há um contrato com a ANA privatizada para fazer o novo aeroporto, isso faz parte do contrato. Então agora alivia-se a ANA de uma decisão desta maneira? E mais, a ANA já disse publicamente que tem um contrato com o governo e que o Montijo não cabe nesse contrato, logo não paga nada. Então tem de se pensar em fazer um novo contrato? Isto não faz nenhum sentido e a visão estratégica que consolidou soluções durante anos, de repente "avariou". Admito que seja necessário de imediato fazer alguma coisa complementar ao aeroporto, mas tem de ser no quadro da construção da solução definitiva e não uma coisa ao lado disso, por isso não faz nenhum sentido vir agora esta moção. Não estou de acordo com a solução proposta, mas uma coisa é isso e outra é a oportunidade da moção e a Câmara antecipar-se às conclusões técnicas dos estudos que estão a ser feitos, acho que não faz sentido.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Em relação a isto a posição do PS é já conhecida, visto que é o governo que está a potenciar os estudos para a solução Portela+1 e para a solução Montijo. Queria pegar nas palavras do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, porque realmente o que está aqui em causa também é uma opção de fundo entre ter num cenário um aeroporto de substituição do da Portela, que não se sabe quando nem como, ou ter a solução possível num curto prazo e que é a da Portela+1. É obvio que houve o momento de ter de se decidir face a um problema e para já o que este governo decidiu é aprofundar os estudos para a Portela+1. Pela idade que tenho já perdi a altura desde quando se fala das várias localizações para o novo aeroporto, desde a OTA, Alcochete e agora Portela+1, onde havia várias soluções. Isto é uma história antiga e este governo decidiu que face àquilo que são os desafios muito reais do presente e não do futuro do aeroporto de Lisboa em tomar a iniciativa para tentar resolver o problema. Para a região e não sendo possível fazer um aeroporto de raiz que substitua o de Lisboa – e os estudos depois responderão – eventualmente esta é a solução que resolve melhor o problema no sentido de complementar o aeroporto de Lisboa. Não podemos ignorar os cenários de saturação do aeroporto de Lisboa que existem há vários anos, mas o que é um facto é que nos últimos anos e fruto daquilo que tem sido a transformação radical na aviação com as *low-cost* não há dúvida de que o aeroporto está a caminhar a passos largos para a sua saturação. Também é verdade que todos os operadores dizem que é fundamental para Lisboa e para região manter o aeroporto em Lisboa. Tem sido um argumentário que era fundamental ter esse aeroporto dentro da zona de Lisboa. Mais, também é fundamental que a nova solução não onere as taxas turísticas, etc., por isso a solução encontrada que diz que não é o Estado que vai pagar, mas sim o novo proprietário da ANA, não é bem assim porque depois esse custo vai ser refletido em taxas que podem prejudicar também aquilo que neste momento é "a galinha dos ovos de ouro" para Lisboa, Setúbal e para todo o lado, e que é o turismo com um crescimento exponencial a que temos vindo a assistir nos últimos anos. Obviamente o PS irá votar favoravelmente esta moção, percebo também o argumento do Sr. Vereador Carlos Rabaçal quando diz porque é que estamos já a anteciparmo-nos aos estudos, mas o que é um facto é que quem se antecipou acabou por ser a Associação de Municípios que veio com uma decisão, e pelo que li também a Sra. Presidente veio com declarações no mesmo sentido e também se antecipou aos estudos dizendo claramente que não. Anteciparmo-nos aos estudos não, porque todos temos uma perceção estratégica e política da coisa. Não temos de ficar condicionados só aos resultados dos estudos, porque senão os políticos "arrumavam a sua trouxa" e deixavam os técnicos resolverem. Há questões que são estratégicas e políticas e não podemos ficar reféns só dos estudos. Entendemos que esta é uma decisão do governo que vai beneficiar muito a região, esperemos que se materialize no mais curto espaço de tempo. O tempo que apontam é de 2019, mas tenho alguma dificuldade em acreditar que se possa montar uma estrutura destas até lá, mas se acontecer é fantástico, é ótimo, portanto não compreendo o facto de a Associação de Municípios estar contra esta possível solução em função de uma que seria ideal, mas que dificilmente se irá realizar nos próximos anos. Entre ter uma solução ideal mas utópica, eventualmente porque as coisas estão melhor, mas estão longe de termos almofadas financeiras para poder construir aeroportos e TGV's, mas é preciso ter bem a noção da atual situação do País. Está

4

indiscutivelmente melhor, mas estamos a passar por momentos difíceis e não podemos entrar em derivas sob pena de entrarmos novamente em derrapagens que são impagáveis. Entendemos que esta solução do governo de aprofundar os estudos é visada e obviamente para a região seria um grande benefício se o aeroporto viesse. Acho que a Sra. Presidente tem tido sempre um registo face a este governo que lamento, porque sempre que há uma decisão diz que o governo está a beneficiar um município do PS. Aliás, já teve o mesmo argumentário aquando de umas declarações há bem pouco tempo da Sra. Ministra do Mar. Depois disso já a ouvi dizer que afinal está tudo bem e que há um excelente relacionamento com a Sra. Ministra e com a APSS, mas quando há alguma decisão que possa beneficiar um concelho do PCP então já está tudo calado. Isso é uma visão demasiado partidária e que não corresponde minimamente à verdade, porque senão o que dizemos quando o governo decidiu elaborar estudos para a construção do terminal de contentores do Barreiro? Então isso quer dizer que está a fazer um favor partidário à CDU do Barreiro que tem defendido “com unhas e dentes” esse projeto? É óbvio que não! Essa postura de atacar o governo percebo que é muito defensiva, mas não corresponde minimamente à verdade e os factos têm provado que assim é.

Sr. Vice-Presidente – Nas palavras ditas pelo Sr. Vereador Paulo Lopes, o Sr. Ministro do Planeamento provavelmente, ou quase de certeza, não seria capaz de subscrever aquilo que o Sr. Vereador Luís Rodrigues diz nesta moção, embora tendo sido vereador na Câmara do Montijo. Sabemos que infelizmente para todos nós que os novos aeroportos têm sido objeto de lóbis bastante fortes e são tão fortes que “da noite para o dia” mudam de localização, mesmo quando há investimentos já garantidos de milhões e milhões de euros. De uma noite para o dia todos mudam a ideia de que o aeroporto já não é na Ota, mas passa a ser na península de Setúbal. Compreendemos, e infelizmente para todos nós, estas questões do aeroporto têm sempre por detrás grandes lóbis. O que aparece aqui, com esta moção, é o Sr. Vereador a dar a cara em nome de um lóbi, é o que está aqui.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Peço a defesa da honra, Sra. Presidente, isto não aceito! O Sr. Vice-Presidente que diga qual é o lóbi, exijo-o! Isso implica com a minha dignidade.

Sra. Presidente – Já lhe dou a palavra, Sr. Vereador, mas peço que não interrompa a intervenção.

Sr. Vice-Presidente – Nestas coisas naturalmente que é preciso ter bom senso, ponderação e não estarmos nervosos, porque senão “não percorremos o caminho”.

O Sr. Vereador Paulo Lopes teve uma grande dificuldade em defender, na sua conceção, a opção pelo Montijo. Começou por dizer que naturalmente o PS estaria de acordo com esta moção, porque é o governo do PS que está a desenvolver este projeto e depois falou de várias considerações, etc... Por isso é que digo que pelos termos em que o Sr. Vereador coloca o texto digo que tendo em conta o que conhecemos dos lóbis que se movimentam em torno deste investimento, até parece que o Sr. Vereador vem dar a cara por algum lóbi por causa da localização do aeroporto no Montijo. Naturalmente que não está em causa a sua opção política, cada um é livre de a poder defender, mas a forma como o faz é que é surpreendente. É isso que quero dizer. Tanto o PS como o PSD falam tanto do ordenamento do território, das questões que são determinantes para o futuro do País e em particular para uma zona de tão grande concentração de população, equipamentos e atividade económica, como é a Península de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa. Tomam-se decisões avulsas como esta, é o que está em causa. Esta decisão não está prevista no plano regional de ordenamento do território. Alguém falou sobre isso? Não, e ainda por cima a sua moção vem exigir que todos os autarcas da península de Setúbal estejam de acordo quando se sabe muito bem que estes autarcas têm um plano estratégico de desenvolvimento e está lá bem expresso inclusivamente em relação ao aeroporto. Sabe-se desde há muitos anos qual é a posição dos autarcas da CDU, que é a maioria, mas também do PS e relativamente a esta matéria. O Sr. Vereador também sabia claramente, quando trouxe a moção, qual é a nossa posição relativamente à votação. Se isso é



uma provocação naturalmente que também compreendemos, mas o que é importante dizer a todos os presentes e para que fique registado nesta câmara é que temos um conceito de desenvolvimento que não é de decisões avulsas e tratando-se de investimentos que têm um peso extraordinário numa região como a nossa, e a nível nacional também. Por isso nunca poderíamos estar de acordo com opções destas, que são duvidosas. Em termos de campanha o que é mais estranho ainda é que toda a gente diz que o aeroporto vai ficar no Montijo. Isto quando os estudos de impacto ambiental não estão feitos, quando as negociações com a Força Aérea não estão esclarecidas e quando tanta coisa falta clarificar, designadamente a questão das acessibilidades. Veio hoje o Sr. Ministro dizer em entrevista à Antena 1, porque ainda não se tinha falado disso, mas já se falava da decisão de localizar o aeroporto no Montijo, e nunca se tinha falado de acessibilidades, em que veio dizer que estão a estudar a possibilidade de um comboio ligeiro sobre a Ponte Vasco da Gama. Isto é sério? Nós não embarcamos “nestes barcos”. O aeroporto pode vir a ser construído no Montijo, é uma decisão do governo e é este que decide, é o governo que foi eleito e tem poderes para governar e para decidir, mas naturalmente não pode é contar com o apoio e com a não-crítica bastante cerrada daqueles que têm planos e visão estratégica para esta região. Isso é que não pode acontecer.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Penso que todos conhecem a minha postura política e pessoal e percebem o porquê desta minha reação, já nos conhecemos, e não admito a ninguém e em qualquer altura ou situação que se diga que estou ao serviço de qualquer lóbi. Agradeço as palavras do Sr. Vice-Presidente a dizer “parece”, corrigiu alguma coisa, mas não estou, nunca estive e nem estarei ao serviço de lóbis.

Sra. Presidente, quem de facto colocou na ordem do dia este tema e para o trazer aqui hoje não fui eu, se alguém hoje aqui disse que isto é extemporâneo, antes de tempo, não fui eu, foi a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a Sra. Presidente que ontem “deu a cara” na televisão e disse que independentemente dos estudos não concordava. Portanto, se dizem que há falta de estudos parece que só eu é que não tenho a liberdade e o dever de assumir uma posição política. A Sra. Presidente tem a sua, o PCP também, o PS através do governo também terá, mas eu, vereador do PSD e uma pessoa há muitos anos ligada a esta área de transportes, ordenamento do território e ambiente, e do ponto de vista político, não posso! É a destempo, quando ainda ontem a Sra. Presidente falou sobre esta matéria na televisão? Está no tempo e no local certo. Como disse o Sr. Vice-Presidente estamos aqui para dizer qual é a nossa posição, que é a de termos a abertura política para decidir o que é melhor para o País. De há muitos anos a esta parte que há estudos e várias opções que foram estudadas. Já ouvimos falar disto há “n” anos e não é do tempo da Área Metropolitana de Lisboa. A primeira vez que foi estudado foi no Plano Diretor da Região de Lisboa, que penso que é de 1962 ou 1966. Lá o novo aeroporto estava na Fonte da Telha. Depois de vários governos terem feito vários estudos, de a Área Metropolitana ter estudado várias coisas, depois dos planos regionais de ordenamento do território, depois do PEDEPES e de tudo isso, o que ficou não foi o que disse o Sr. Vice-Presidente, que era na Península de Setúbal. Da noite para o dia, ou do dia para a noite, saiu da Ota e muito bem, passou para a margem sul, seja na Península de Setúbal ou em Benavente. Não somos um país rico e costumo dizer que em Portugal há atitudes que algumas pessoas tomam, mas depois felizmente não acontece nada e às vezes infelizmente acontece, e são opções políticas que nem os países ricos as tomam. Nós que temos muitas dificuldades devíamos ter muito bom-senso e muito cuidado para tomar decisões exequíveis, a tempo, e que permitam resolver problemas. Não é de arranjar problemas onde eles não existem. E se alguém é suspeito aqui sou eu! Por acaso é na Base Aérea do Montijo, onde a câmara é dirigida pelo PS? Acham que tenho de defender o PS? Não tenho! A solução também é do governo do PS e apoiado pela geringonça e acham que tenho de defender isso? Não tenho! Em tempos era deputado e já não era dirigente distrital, mas nesta cidade fui contra dirigentes do meu partido que também defendiam a solução do Campo de Tiro de Alcochete/Benavente. Há ainda dirigentes no ativo que viram a realidade e conseguiram mudar, mas alguns, como no PCP, não conseguiram. Os do PSD mudaram, defendiam o Campo de Tiro de Alcochete e agora defendem um aeroporto no Montijo que é possível e que em termos de infraestruturas e acessibilidades

são coisas mínimas. As acessibilidades ao centro de Lisboa são os catamarãs e já estão lá. Só devem ser eventualmente incrementados. Se for preciso há a linha rodoviária que vem de Lisboa para Setúbal e Pinhal Novo e pode finalmente ir ao Montijo, como é o anseio de muita gente. Brincavam os de Lisboa com os do Porto que não tinham metro e as pessoas ficavam muito chateadas com isso, mas já existe. Agora se calhar as pessoas do Montijo e de Alcochete também podem ter comboio. É um investimento muito pequeno comparado com a enormidade que é fazer um novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete, ou noutro lado, embora em Alcochete fosse muito pior e bastava que conhecessem a situação, até por questões ambientais com os sobreiros e com as aves. São campos virgens onde não existe movimento de aviões, de pessoas e no rio. Se de facto queremos bom-senso temos de ponderar, e é isso que eu pedia às lideranças dos municípios de Setúbal, neste caso lideradas pelo Partido Comunista com o Partido Ecologista “Os Verdes”, com bom-senso naquilo que de facto é possível ao País para resolver problemas. Quanto a estimativas e ao Terminal de Alcântara “estava tudo acabado amanhã”. Quanto à saturação quem é que foi contra no Parlamento? Fui eu, mesmo até nas votações quase no final. Foi com o apoio do Bloco de Esquerda que foi chumbado o terminal de contentores em Alcântara, não foi com o apoio nem do CDS nem com o do PCP e era porque aquilo ia esgotar. Se olharmos para ali não está esgotado. Era preciso uma nova ponte com TGV, porque não havia capacidade nas autoestradas e nem nos comboios em lado nenhum? Seria um problema e até nem era pelo TGV, mas pela ponte construída no Barreiro, todos sabíamos. São brutalidades de investimentos que depois iam arranjar mais problemas, íamos ter o rio muito mais assoreado gastando mais dinheiro para desassorear. É como o terminal de contentores no Barreiro em que se tem de estar a desassorear aquilo permanentemente, é isso que se quer ou é fazer um investimento mínimo no Porto de Setúbal? Temos de pensar muito bem naquilo que queremos. Posso querer criar uma nova Terra na Lua, é um grande investimento, mas temos de ir para lá porque o planeta já não aguenta. Mas ali não há oxigénio e nem água e temos de os pôr lá. Parece que é esta decisão e de acordo com as vossas palavras, sem estudos querem Alcochete e não o Montijo. O que peço é abertura. Numa coisa têm razão e não é só com os autarcas ou agentes económicos da Península de Setúbal, o governo tem a obrigação e o dever de falar da região, da Área Metropolitana de Lisboa, e essa é a exigência que tenho aqui. É exigir ao governo e não à Câmara do Montijo. Estou do lado de quem exige isso para se arranjar a melhor solução. Ninguém pode dizer que determinadas coisas não podem acontecer, mas é claro que sem se fazer nada não podem aterrar todos os aviões na Base Aérea n.º 6, mas já lá aterrou um por engano. Queremos soluções para que Lisboa seja descongestionada e que seja uma cidade normal na Europa civilizada. Ter aeroportos para *low-cost* é normal na Europa com bases aéreas que são aproveitadas para novas funções, com poucos investimentos e rapidamente. Pede-se abertura de espírito de todos nós. Fiquei perplexo quando vi as declarações e a posições dos líderes das autarquias da Península de Setúbal ao recusarem discutir isto. Se hoje for recusado é a vossa posição. Sou insuspeito nisto e sabem que é assim, a Câmara do Montijo é PS, e o governo é PS com o apoio da geringonça, o que é que querem mais, qual é o lóbi?

Sr. Vereador Pedro Pina – A conversa já vai longa sobre esta questão, mas quero aproveitar a deixa do Sr. Vereador. Estamos em redor da questão central do aeroporto e quando falamos em plano e visão estratégica para a Área Metropolitana de Lisboa colocava uma pergunta ao Sr. Vereador Luís Rodrigues e também devolvia ao Sr. Vereador Paulo Lopes: qual é a disponibilidade da Câmara Municipal de Lisboa para pensar o seu próprio aeroporto. É que isto é uma questão central, assistimos há longos anos a uma concordância generalizada sobre o esgotamento do Aeroporto da Portela. Para quem já teve a oportunidade de chegar e sair deste aeroporto assiste a um exercício fantástico e que é o de praticamente estarmos a aterrar na 2.ª Circular ou eventualmente sobrevoar um ninho de barracas em Camarate. As questões de segurança não importarão para esta discussão, mas estamos todos a aguardar uma fatalidade que espero que nunca venha a acontecer, mas perante a eventualidade de uma coisa que infelizmente na probabilidade da aviação é algo que pode acontecer temos um acidente aéreo no centro da cidade de Lisboa. Quando se discute que o problema é o esgotamento da Portela, sabemos também de uma coisa, da indisponibilidade da Câmara Municipal de Lisboa, das

influências e pressões sistemáticas – para não falar da expressão lóbi para não ferir as suscetibilidades – para que esta questão nunca seja colocada com a saída do aeroporto da Portela. Querem continuar a ter o esgotamento e o problema central de um aeroporto que continua a estar no centro da cidade. Qual é o desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa? Não é a questão central dos autarcas da Península de Setúbal, mas há uma matéria que não nos deixa de preocupar a todos: como é que o próprio aeroporto se vai recolocar perante esta situação? Também há uma contradição nas palavras aqui proferidas, ora se a questão é do interesse, como disse muito bem e com precisão o Sr. Vereador Luís Rodrigues, a localização proposta pelos municípios da CDU da Península de Setúbal nem sequer se situa objetivamente na península, “foge para lá”. Em rigor aquilo que estamos a dizer é que a preocupação não é termos um aeroporto em nenhum dos municípios políticos da CDU, mas termos uma alternativa que responda objetivamente à necessidade. Este país cometeu tantos equívocos no passado, tantas soluções que não foram minimamente benéficas para o desenvolvimento do mesmo e continuamos a pensar em soluções que não são pensadas na sua sustentabilidade, naquilo que podem ser soluções progressivas ou por etapas para resolver a capacidade do aeroporto que tem capacidades provisórias. Também é sabido isto, e é dito pelos próprios que apresentam esta solução que é o aeroporto no Montijo, que isto não resolve o problema da Portela, portanto o problema vai continuar a manter-se. Transferindo-se os voos *low-cost* da Portela, no caso do Terminal 2, para o Montijo, vamos continuar a ter o mesmo problema. Quanto à visão estratégica do turismo e se falamos da preocupação do governo temos exemplos mais do que suficientes no passado para perceber que os diferentes governos que foram passando discriminaram a península num conjunto de investimentos estratégicos para o seu desenvolvimento. Basta olhar para qual é a visão estratégica que o turismo tem pensando-se na solução Montijo, porque continuamos a pensar que epicentro se situa em Lisboa e que tudo o que possa fugir para além dali é dramático. Também foi aqui referido nas soluções encontradas em muitas das cidades europeias, sejam elas de pequena ou de grande dimensão, basta visitar o país vizinho para perceber que a solução encontrada não é a que mais corresponde às necessidades. Mesmo no que diz respeito ao desenvolvimento de uma estratégia para o turismo esta é uma solução parca, porque está única e exclusivamente centrada em responder à estratégia do Município de Lisboa e àquilo que são as suas necessidades. Não se está minimamente preocupado com o desenvolvimento turístico da Península de Setúbal, porque a resposta do executivo do governo foi encontrar todas as soluções de *transfer* para a cidade de Lisboa. Ouvi muito poucas expressões desses mesmos governantes a dizer como é que esses *transfers* vão ser salvaguardados para os restantes municípios da Península de Setúbal e quão isso é importante numa visão alargada para a Área Metropolitana de Lisboa. São estas as questões que se mantêm hoje. Nós não deixamos de ter esta postura titubeante da parte do próprio PS que até reconhece que esta solução provavelmente não é a ideal, mas é a possível. Curiosamente é a que corresponde a um conjunto de interesses, nomeadamente dos municípios que são neste momento governados pelo PS, seja a Câmara de Lisboa ou a do Montijo. Lamento que mais uma vez esta península seja discriminada por via destas opções políticas e com a legitimidade que lhes assiste. Que os autarcas destes municípios e que há longos anos se têm posicionado para estratégias do desenvolvimento da Península de Setúbal mais uma vez tenham sido alheados de toda a discussão para uma solução estratégica que seja benéfica, não só para a península, mas num enquadramento e numa perspetiva integrada para toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Perante as afirmações do Sr. Vereador Pedro Pina só há uma pergunta que se impõe: no que é que isto altera a visão turística da cidade de Setúbal com um aeroporto no Montijo ou em Alcochete? Ou na Ota? No que é que isso altera? Porque é que temos de ter um complexo de inferioridade em relação a Lisboa numa questão destas? Estamos ligados a Lisboa e é bom que estejamos, porque Setúbal só tem a beneficiar pelo turismo de Lisboa. A nossa posição não é titubeante, é clara em relação a esta matéria. Vamos votar favoravelmente a moção, porque entendemos que é uma solução ótima, para já. Não é de futuro, mas o caminho vai-se fazendo passo a passo, caminhando. Esta é uma solução com menos investimento, as infraestruturas estão feitas no Montijo, as pistas estão feitas e os hangares estão



lá. Conheço aquilo relativamente bem, estive lá na Força Aérea. É uma questão política que se levanta e os lóbis são político-partidários, cada um defende o seu como é evidente, mas acima de tudo temos de defender os interesses locais e regionais, e esta solução é menos má, defende os interesses de Setúbal e dos setubalenses.

Sra. Presidente – Só tenho de ratificar tudo aquilo que disse na comunicação social. Não fui lá para falar disto, foi na minha presença na SAPEC aquando do fogo e a comunicação perguntou. A presidente tem opinião acerca disto, que é a de haver favorecimento político-partidário. Estou de acordo com o Sr. Vereador Luís Rodrigues na moção, mas deviam ter sido ouvidos todos os autarcas da península. Não disse que estou contra o aeroporto no Montijo porque há falta de estudos, não foi nada disso que eu disse, e também não disse que estou a favor de Alcochete porque há estudos. O que disse foi que estou contra esta decisão tendo em linha de conta que não foram ouvidos os autarcas da Península de Setúbal. Porque é que se falou só com um município se são nove municípios? Aquilo de facto está situado na área geográfica do local onde se pretende fazer o complemento ao Aeroporto Humberto Delgado, que felizmente está esgotado pois é bom sinal para nós e para o País. É facto também que é o único com aquelas condições, mas por acaso coincide com a sua cor político-partidária, Sr. Vereador? Em relação aos estudos eles nem sequer estão feitos. Acho também mal que não tenhamos sido ouvidos pois somos nove. Existe o PEDEPES, e esse plano estratégico teve também a participação do Município do Montijo, onde está definido há mais de 20 anos que o aeroporto que ficaria melhor instalado seria o Aeroporto de Alcochete, e que nem sequer é em Alcochete, mas é assim chamado. De acordo com este plano estratégico nós é que sabemos o que é melhor para a região. Tem de se ter em linha de conta que aquela localização era considerada a melhor, porque há uma série de condicionantes e características que futuramente se interligam todas. Estamos a falar na terceira travessia do Tejo, Barreiro/Lisboa, na plataforma logística do Poceirão, e de uma série de mobilidades que se ligavam todas. É isto que está num estudo que demorou muitos anos e muita discussão. Entendo que o governo no mínimo tinha de respeitar a palavra destes autarcas mesmo que se chegasse à conclusão de que só temos um certo dinheiro, ou que isto seria provisório. Ninguém do governo nos disse, porque é que tinha de ser ali ou além e porque é que isso seria melhor, portanto só há uma conclusão, a do favorecimento político-partidário. Só faço votos para que depois de outubro, e embora as eleições possam ser em setembro, que não apareçam outros estudos a dizer que afinal não é bem no Montijo. Na altura iremos conversar e ver se tenho ou não razão pois não há estudos complementares. Já ouvi uma série de comentadores, pessoas relacionadas com aeronáutica, com o estudo dos ventos e a localização do espaço e dizem que não é a melhor. Eu não sei porque não sou técnica desta área. Gostaríamos que o Sr. Ministro tivesse falado com todos, não se pode falar com os outros partidos somente quando se precisa de alguma coisa deles. Os governos dos municípios devem merecer todos o mesmo respeito, se fosse decido aquele se calhar não estávamos aqui com esta conversa. Se calhar estávamos a dizer que a associação de municípios foi ouvida, que o Sr. Ministro tem razão e por isso vamos fazer estudos. Dá-se “tiros nos pés” escusadamente, é que a península e o distrito de Setúbal têm por demais sido abandonados, foram muitos e muito anos de fraco investimento neste distrito. Basta ver de norte a sul os investimentos e as contrapartidas de projetos comunitários. A Área Metropolitana de Lisboa tem sido uma catástrofe com tão pouco investimento e participação. Dizem-me que isso não depende do governo da nação, mas se calhar é verdade que foi feita pouca pressão junto da Comunidade Europeia para que isto se altere. O que é certo é que o norte e centro do país têm tido participações na ordem dos 80%, 85% ou 90%, e às vezes com engenharia financeira que os municípios fazem e bem as obras ficam pagas quase na totalidade. Vemos o que se passa na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente na Península de Setúbal. É mau porque está lá a capital do País e se há participações Lisboa absorve grande parte, como não pode deixar de ser. Não estou a criticar, porque é pouca a participação para a capital de um país, mas também chega muito pouco aos outros municípios. Quando vão concorrer aos fundos estruturantes a participação é tão baixa que não conseguem competir, porque não têm os outros 50% para pagar. Porque é que o País tem de estar a várias velocidades? Porque é que no norte, onde já têm tudo feito, ou

no centro e onde há pavilhões um ao lado do outro em municípios vizinhos, só porque sim, é que há sempre dinheiro? Enquanto isso o distrito de Setúbal tem sido muito prejudicado e nem sequer dão uma palavra aos autarcas da península a dizer para conversarmos, se calhar era uma hora de conversa. Assim têm de ter a minha reação de contestação, já chega! Não sei se é melhor aqui ou ali, mas sei que há um estudo com 20 anos a dizer onde deveria ser, porque as infraestruturas ficam todas ligadas e toda a gente discutiu, inclusivamente o Montijo. Em relação ao aeroporto no Montijo ainda nem eles sabem, porque não há estudos concretizados. Porque é que a sete meses das eleições estão já a definir que é ali? Estão a brincar com isto e não pode ser! Foi isto que a presidente da câmara disse e vai continuar a dizer. No meu entendimento e opinião há um favorecimento político-partidário. Voto contra a moção, deviam ter sido ouvidos todos os autarcas.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não é só os autarcas de Setúbal, mas da Área Metropolitana de Lisboa, quando digo os da região não são só os daqui, mas de todas as autarquias.

Submetida a votação foi a moção reprovada com 6 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, e 5 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e do PSD/CDS.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 25 de janeiro de 2017.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 01 de fevereiro de 2017.**
 - 3. Deliberação n.º 53/17 – Proposta n.º 06/2017 – GAP – Aceitação de doação no âmbito do projeto de iluminações de Natal na cidade de Setúbal.**
 - 4. Deliberação n.º 54/17 – Proposta n.º 07/2017 – GAP – Constituição da Sociedade Simarsul, S.A., e subscrição do respetivo acordo parassocial.**
 - 5. Deliberação n.º 82/17 – Proposta n.º 08/2017 – GAP – Aquisição da Praça de Touros Carlos Relvas e correspondente abertura de financiamento através de leasing imobiliário.**
 - 6. Deliberação n.º 55/17 – Proposta n.º 02/2017 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/GAF/2014 (Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho de Setúbal para o mandato 2013-2017). Adenda ao Acordo de Execução celebrado com a União de Freguesias de Setúbal na área da limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.**
 - 7. Deliberação n.º 56/17 – Proposta n.º 03/2017 – GAF – 2.ª adenda à proposta n.º 02/GAF/2014 – Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de São Sebastião para o mandato 2013-2017 – Alteração ao artigo 6.º-A, aditado pela proposta n.º 03/GAF/2015.**
 - 8. Deliberação n.º 57/17 – Proposta n.º 11/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, pelo período de 36 meses.**
 - 9. Deliberação n.º 58/17 – Proposta n.º 12/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipais e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**

4

10. **Deliberação n.º 59/17 – Proposta n.º 13/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª Revisão ao Orçamento.**
11. **Deliberação n.º 60/17 – Proposta n.º 14/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Alteração ao contrato de concessão de uso privativo de terreno do domínio público para instalação e exploração de parque de campismo, entre o Município de Setúbal e o Clube de Campismo de Setúbal.**
12. **Deliberação n.º 61/17 – Proposta n.º 15/2017 – DAFRH – Abertura do Procedimento de Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo – Orçamento 2017.**
13. **Deliberação n.º 62/17 – Proposta n.º 04/2017 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas administrativas inerentes a pedido de ocupação da via pública com bancas para venda de brindes – RENASCER – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura – União das Freguesias de Setúbal.**
14. **Deliberação n.º 63/17 – Proposta n.º 05/2017 – DAAE/DIAES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Netmentora.**
15. **Deliberação n.º 64/17 – Proposta n.º 06/2017 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2016.**
16. **Deliberação n.º 65/17 – Proposta n.º 07/2017 – DAAE/DIAES – Aceitação de doação ao Município de Setúbal efetuada pela Sr.ª Dr.ª Graciete Alexandre Lança.**
17. **Deliberação n.º 66/17 – Proposta n.º 22/2017 – DCED/SMBM – Renovação do empréstimo de peças do acervo do Museu do Trabalho Michel Giacometti – Câmara Municipal de Setúbal.**
18. **Deliberação n.º 67/17 – Proposta n.º 23/2017 – DCED/SMBM – Doação de cinco obras de arte ao Município.**
19. **Deliberação n.º 68/17 – Proposta n.º 24/2017 – DCED/SMBM – Doação de documento bibliográfico ao Município.**
20. **Deliberação n.º 69/17 – Proposta n.º 25/2017 – DCED/SMBM – Doação de uma obra de arte ao Município.**
21. **Deliberação n.º 70/17 – Proposta n.º 26/2017 – DCED/DISOC – Associação Centro Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. Apoio financeiro.**
22. **Deliberação n.º 71/17 – Proposta n.º 27/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Tertúlia Tauromáquica Setubalense.**
23. **Deliberação n.º 72/17 – Proposta n.º 28/2017 – DCED/DICUL – Apoio à realização da ópera infantil “Um Sonho Mágico”.**
24. **Deliberação n.º 73/17 – Proposta n.º 29/2017 – DCED/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação II Sorpasso para a realização da 10.ª FESTA DO CINEMA ITALIANO.**
25. **Deliberação n.º 74/17 – Proposta n.º 30/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.**
26. **Deliberação n.º 75/17 – Proposta n.º 31/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Moradores do Casal das Figueiras – Trilhos do Javali Noturno 2017.**
27. **Deliberação n.º 76/17 – Proposta n.º 32/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro às instituições parceiras no Projeto Municipal “Desportivamente em (Re)Forma”.**
28. **Deliberação n.º 77/17 – Proposta n.º 33/2017 – DCED/DIDES – Protocolos de Cedência de Instalações Desportivas Municipais – Época desportiva 2016/2017.**
29. **Deliberação n.º 78/17 – Proposta n.º 34/2017 – DCED/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos Verticais de Escolas para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação dos equipamentos de cozinha, relativo ao 1.º e 2.º períodos do ano letivo 2016-2017.**
30. **Deliberação n.º 79/17 – Proposta n.º 35/2017 – DCED/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de**

desgaste, atividades de ação educativa (realização de visitas de estudo), para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativo ao 1.º e 2.º períodos do ano letivo 2016-2017.

31. Deliberação n.º 80/17 – Proposta n.º 36/2017 – DCED – Núcleo Museológico Urbano – Definição de preços de “Merchandising”.

32. Deliberação n.º 81/17 – Proposta n.º 37/2017 – DCED/DICUL – Aceitação de doações – IX Concurso de Fado de Setúbal.

C) Período Destinado à Intervenção do Público.

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 25 de janeiro de 2017

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sra. Vereadora Dália Rego, por não ter estado presente nesta reunião.

2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 15 de fevereiro de 2017

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sra. Vereadora Dália Rego, por não ter estado presente nesta reunião.

3. Deliberação n.º 53/17 – Proposta n.º 06/2017 – GAP – Aceitação de doação no âmbito do projeto de iluminações de Natal na cidade de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 11, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 54/17 – Proposta n.º 07/2017 – GAP – Constituição da Sociedade Simarsul, S.A., e subscrição do respetivo acordo parassocial

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 12.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Sem prejuízo de irmos a votar favoravelmente a proposta deve-se fazer algumas considerações sobre a mesma, porque entendemos que está bastante incompleta. O que estamos a decidir é se devemos entrar ou não no novo sistema, ou se devemos sair e obviamente ser ressarcidos, mas a proposta em si não analisa os prós e contras de nos mantermos no sistema, ou então as vantagens e desvantagens de sairmos agora. É uma proposta eminentemente política na minha opinião, devia ser justificada no sentido de pensarmos o futuro. Não sei se sair agora, ou se não entrarmos no novo sistema isso nos dá a garantia de sermos ressarcidos dos 3 milhões de euros que a Câmara já pagou, mas até admitindo que podemos receber esse dinheiro será que não sairá mais caro querermos entrar em 2023, quando acaba a concessão? Quanto é que vamos pagar para depois entrar nessa altura? Parece-me que esta proposta não espelha um estudo que eventualmente possa ter sido feito pelos serviços, ou não, no sentido de ver se temos vantagem em mantermo-nos, apesar de termos 3 milhões e não estarmos a ter um benefício desse dinheiro. Numa perspetiva estratégica de futuro, se quisermos entrar neste sistema depois quanto é que nos vai custar, será que muito mais do que o dinheiro que não sei se é certo recebermos, os 3 milhões? Depois, obviamente não se vai decidir se vamos fazer uma nova concessão ou se entramos no sistema em 2023, isso vai ter de ser discutido e decidido antes. Concordo inteiramente com a proposta, que não devemos tomar a decisão, porque não vai ser neste mandato e nem no próximo, mas a nossa decisão de saída pode futuramente condicionar em termos de custos financeiros e em caso de querermos entrar.

Também há aqui uma discussão ideológica, todos sabemos que a CDU por norma se tem manifestado contra concessões dentro destes serviços considerados públicos. Partindo do pressuposto que manterão essa vossa proposta isso quer dizer que vão querer entrar em 2023, se a CDU for poder na altura e tiver esse poder de decisão. Parece que há uma falta de estratégia, ou pelo menos não está espelhado na proposta o pensamento político em termos de futuro, porque às vezes o barato sai caro. Não digo que assim aconteça, mas a proposta devia estar fundamentada nessa vertente. Sairmos agora pode ter custos adicionais para se quisermos entrar no futuro, isto sem prejuízo de votarmos e tomarmos uma posição favorável em relação à proposta, porque é evidente que até agora não estamos a ter nenhum benefício do facto de se estar na SIMARSUL, porque temos a concessão com a Águas do Sado, mas estas coisas têm de ser pensadas mais à frente. Nesta proposta não está espelhado esse pensamento e era importante que o executivo aprofundasse essa questão. Em complemento, esta proposta teve uma nova redação, desde a inicial que nos foi entregue na sexta-feira, e há aqui um parágrafo que me parece muito mais sensato do que na anterior. No parágrafo 11 dizia: *“admitindo-se apenas como legítima a previsão num diploma que constitua a nova SIMARSUL, de que o Município de Setúbal possa decidir sobre a sua integração no sistema quando ocorrer o final previsto ou antecipado da sua concessão”*, ou seja, na anterior redação até tinha uma abertura de podermos vir a integrar. E nesta nova proposta foi eliminado e nem sequer existe a referência de no futuro podermos vir integrar ou não. Não sei o que em termos práticos isso pode dizer, se calhar não diz nada. A outra deixava uma porta aberta e nesta fecha-a totalmente.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – É melhor tentar corrigir o sentido de discussão já de início exatamente porque me parece que o Sr. Vereador Paulo Lopes colocou uma questão que não se coloca, porque esta proposta é precisamente para descondicionar ainda mais a criação da SIMARSUL. Não é isso que se pretende, está a ler que estamos a pôr um ponto final, mas não, as alienas A e B da deliberação começam até por dizer: *“não obstaculizar a criação do sistema multimunicipal”*. A razão desta proposta são todos os considerandos que estão aí, não queremos é eternizar um problema para o concelho, município e habitantes que depois pagam as taxas de saneamento e que não é solução para o sistema em termos de viabilidade económica e financeira da SIMARSUL. Não queremos repetir o que aconteceu até agora, que nem é e nem deixa de ser. Não se quer obstaculizar, mas queremos a tempo e horas resolver as condicionantes que aqui estão. Os políticos facilmente atiram os problemas para o futuro e que este os resolva, mas isso não é a nossa postura. O Sr. Vereador pergunta em que é que assenta... Esta câmara já apreciou o estudo de viabilidade económico-financeira da nova sociedade? Já apreciámos a projeção da evolução tarifária da nova sociedade? Já projetámos na eventualidade de se vir a fazer esta integração mesmo em 2023, ou antes disso, e como funcionam os serviços de águas e saneamento em baixa que sobrarão após a concessão para Setúbal? É que estamos num sistema integrado e há outro sistema parecido com este, o de Almada. Dentro deste funciona tudo, água e saneamento em alta e em baixa e não entraram nisto. Setúbal entrou no início. Até 2008 previa-se e o compromisso era esse, que a Águas de Portugal – a companhia detentora da maioria do capital da AQUAPOR e que detinha a Águas do Sado – que o problema ficasse resolvido nesta solução que está nos considerandos. A situação do resgate era ilegal e não se podia manter. Isso não aconteceu e passaram governos PS e PSD. A situação de sem se saber qual é o futuro mantém-se durante 12 anos para Setúbal. O que é que aconteceu em vez da resolução desta dupla concessão ilegalmente insustentável? No final de 2008 o que aconteceu é que a Águas de Portugal, naturalmente por decisão do governo da altura, vendeu a sua participação maioritária da AQUAPOR e a Águas do Sado, uma empresa concessionária da exploração da água e saneamento no município de Setúbal, mas de capital maioritariamente público, via AQUAPOR e Águas de Portugal, e passou a ser de capitais maioritariamente privados. Nessa altura inquinou-se tudo, é que não se resolveu no prazo o problema prometido. Foi essa a contrapartida e o compromisso com a integração de Setúbal, que ao mesmo tempo tinha uma concessão de todo o sistema a uma empresa que já vinha de trás. Em vez de resolver privatizou-se a empresa titular da Águas do Sado e então o problema complicou-se muitíssimo mais, e até hoje. Se considerarmos legítimo andarmos eternamente

nisto de olharmos para o lado um governo faz um decreto-lei e não se resolve o que era indispensável resolver, depois um governo mais à frente por via de crise ou de medidas determinadas pelo exterior e do tempo da Troika decide conglomerados enormes de empresas. Neste sistema havia noventa e tal municípios, portanto uma coisa assim dificilmente alguma vez havia de funcionar, se bem que não é impossível. Politicamente e agora estamos de acordo em voltar aos sistemas multimunicipais que estavam a funcionar normalmente, mas para este sistema que estava "pendurado" os eleitos da Câmara não podem olhar para o lado. Temos de dizer ao governo de uma forma clara que é a altura da mudança e de resolvermos isto para se ficar com as condições claras. Temos de olhar para os estudos de viabilidade económico-financeira e apreciá-los, mas não estão feitos, isto não está debatido conosco. Mesmo concordando com a reversão da SIMARSUL não custava nada que o processo fosse igual ao do governo de Passos Coelho que às tantas decretou e mandou publicar. Fez um decreto-lei e quer os municípios queiram ou não já está, porque a Troika manda! É isso que não queríamos, havia um acordo parassocial que dizia que isso não podia ser feito. Caso houvesse alterações societárias em que se passasse para os privados os municípios teriam o direito, pelo acordo parassocial estabelecido com o governo, quando se constituiu os sistemas multimunicipais – e aqui a SIMARSUL –, que a maioria ficaria do lado dos municípios. O que é que o governo de Passos Coelho fez? Rasgou o acordo, publicou um decreto-lei e fez o que quis e entendeu! Daí também os argumentos jurídicos a dizer o que é que nos sustenta para fazermos parte da solução da participação numa sociedade onde o município não anda a ser empurrado. Deve ir de livre vontade e nas condições que assegurem não uma solução qualquer, mas o interesse público, dos munícipes e de Setúbal, agora e no futuro. Não estamos contra a criação da SIMARSUL, nem as conclusões o dizem, a parte deliberativa não diz isso. Não pomos obstáculo nenhum, estamos de acordo com a reversão, mas isto não pode implicar com a resolução dos problemas que estão pendentes. Ninguém quer arrastar para o futuro os problemas que andam a rolar há 12 anos, os investimentos previstos para Setúbal não foram realizados e todos perdemos e por isso há que haver compensações. Não estamos a propor sair, mas a dizer que entrar assim de olhos fechados é que não, temos de entender as vantagens para o concelho e para o sistema todo. Queremos um sistema viável e sustentabilidade social para as pessoas poderem pagar as tarifas de saneamento, e para isso temos de analisar as projeções da evolução tarifária e também temos de ver o estudo de viabilidade económico-financeira deste sistema. Uma solução de olhar para o lado e "empurrar com a barriga" é deixar o problema para o futuro. É o que não queremos fazer e é por isso que esta proposta é sobretudo uma recomendação para obrigar o governo a resolver este caso. Temos de consensualizar uma solução efetiva que resolva o problema da sobreposição das concessões, fica em papel e já condiciona para 2023. Quais são as condições económicas nessa altura? Tem de se ver... Assim é como não queríamos, um pouco de "olhos fechados"... Estamos de acordo com a reversão da SIMARSUL sim, não há dúvida e não há obstáculos a isso, mas temos de resolver as condicionantes a que temos de estar agarrados e que nos limitam numa perspetiva de viabilidade. O decreto-lei que criou o grande sistema de Lisboa e Vale do Tejo dizia que não há problema, que Setúbal entra em 2023. Esse decreto vai sendo revogado à medida que se constitui os anteriores sistemas. Já foi constituído o do Tejo/Atlântico, do Douro, do Alto Alentejo, portanto está a ser feito, mas é quando está a ser feito que temos de ter uma discussão séria com responsáveis do ambiente e do governo para resolver esta questão e não empurrar para o futuro. Os municípios têm de participar no âmbito das suas participações societárias. O que fez Passos Coelho é que não foi certo, rasgou o acordo parassocial e foi contrário às deliberações que os municípios tomaram de não concordar com aquele mega sistema. Não queremos que nos passem por cima, queremos discutir isto e colocar nos eixos para que não se inviabilizem as soluções de captação e distribuição das águas e da recolha e tratamento do saneamento em baixa e em alta. Esta posição é para viabilizar a SIMARSUL e uma solução que seja economicamente suportável pelos habitantes do concelho de Setúbal, é o que queremos fazer. Não nos baseamos em estudos para a constituição da SIMARSUL, mas queremos ser parte, ter conhecimento e ter à vista os dados que fundamentam estas soluções, para o todo o sistema todo e para Setúbal. É preventiva esta deliberação. Sobre a participação não obstaculizamos e é para resolver o problema que

existe. Se não houvesse nenhum problema a proposta era simples, decidimos participar, mas havendo um problema do passado não o devemos transpor para o futuro.

Sr. Vice-Presidente – No essencial o Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes colocou as questões que estão em causa na proposta. O Sr. Vereador Paulo Lopes disse na sua intervenção que no essencial compreendia o que se trata aqui, tomar uma decisão política relativamente à situação que está criada. De facto, há pouco falávamos dos lóbis em relação ao aeroporto e aqui temos de falar da falta de vontade política de sucessivos governos para resolver o problema de Setúbal e da SIMARSUL. Quando este sistema foi criado em 2003, o Município de Setúbal sempre foi considerado, e ainda hoje é, fundamental fazer parte desta empresa para que do ponto de vista da racionalidade económica seja viável. Foi assim que Setúbal desde a primeira hora aceitou integrar este sistema multimunicipal. Mas o que é um facto é que havia o compromisso de o governo, pela capacidade que tinha de intervir na empresa Águas do Sado, resolver o problema da dupla concessão e todo este processo se arrastou. Como já foi dito o governo vendeu a sua participação e ficou com dificuldades de intervir na resolução mais fácil deste processo que atravessou sucessivos governos. Do que se trata agora, nesta oportunidade, é de a Câmara ter de tomar uma decisão ao contrário do que se tem feito até agora nas assembleias gerais da SIMARSUL e chamar a atenção para a situação irregular de dupla concessão e que a responsabilidade em primeiro lugar é dos sucessivos governos que não respeitam o compromisso de Estado. De promessa em promessa passaram estes anos todos e neste momento é a oportunidade de a Câmara tomar uma posição para que publicamente fique claro que esta situação é prejudicial para Setúbal e para a Câmara Municipal, tendo em conta o capital social que despendeu em 2003 para constituir esta empresa e que não é tão pouco quanto isso. São mais de 3 milhões de euros e até hoje não teve qualquer benefício desse facto. Por outro lado, nessa altura, foram feitos levantamentos dos investimentos que seriam necessários fazer em Setúbal para pôr o sistema SIMARSUL a funcionar. Para Setúbal o inventário que foi feito era um investimento na ordem dos 11 milhões de euros. Até hoje não fomos beneficiados com nenhum investimento dessa natureza. Aquilo que vai acontecer futuramente é a Câmara assinar um contrato para fazer a ligação das águas residuais de Azeitão à ETAR da Quinta do Conde, que não é gerida hoje pela SIMARSUL, mas o sistema vai aceitar fazer o tratamento dos esgotos de Azeitão como uma atividade complementar da empresa. Ou seja, a Câmara Municipal de Setúbal não é reconhecida como fazendo parte do sistema. Para que é que serviu o capital social e todos os compromissos que aceitámos? Aqui está uma posição política e esta é a oportunidade de o fazer. A alteração ao texto inicial justifica-se porque se votarmos contra a integração da Península de Setúbal e da SIMARSUL no sistema de águas de Lisboa e Vale do Tejo também não fazia agora sentido estarmos a votar contra a constituição da SIMARSUL numa área geográfica que abranja a península. Esta é a diferença fundamental e Setúbal não deve opor-se a voltar a ter um sistema para a península de Setúbal de tratamento das águas residuais em alta, mas a Câmara deve tomar esta posição. Naturalmente esperamos que o governo compreenda também esta posição da Câmara para podermos ter uma abertura para resolvermos este problema a bem da sociedade, da Câmara e do desenvolvimento do concelho e dos munícipes que nessa circunstância têm sido os primeiros a ser penalizados. É esta a questão fundamental, não estamos a tomar nenhuma posição radical relativamente a esta matéria, estamos a aproveitar uma oportunidade que tem a ver com a responsabilidade também que a Câmara tem neste processo, ou seja, chamar a atenção para situações que não podem continuar a existir.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Para terminar a discussão da nossa parte, a nossa principal preocupação era que com uma deliberação tomada hoje fechássemos as portas a poder entrar no sistema no futuro e a ter custos inportáveis. É impossível entrar nesses custos. Por aquilo que foi a justificação dos Srs. Vereadores neste momento é apenas uma tomada de posição para dizer que nada obsta e que não queremos assumir desde já que não vamos entrar, o que queremos é discutir. Este é um assunto muito importante para a cidade e por isso é que o levantei, não foi por estar contra a proposta, aliás disse logo no início que provavelmente votaríamos favoravelmente, mas sim para perceber quais vão ser os próximos passos. Setúbal



entrou em 2003 e na altura o executivo terá tido as suas razões, nem sei se foi uma deliberação por unanimidade na Câmara, eventualmente até pode ter sido, havia já uma concessão e sabia mais ou menos ao que ia e eventualmente correu riscos. Há um problema para resolver e vamos fazê-lo. Aquilo que não queríamos hoje era a garantia que foi dada, que o que estamos a decidir não é que não vamos entrar, mas sim que nada obsta à criação do novo sistema e então vamos discutir. Isto não consta na proposta, mas foi dito na intervenção essencialmente do Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, o que nos satisfaz porque também queremos ter algum retorno dessa discussão que é de todo importante. Isto é estruturante para o futuro do concelho. Estas coisas passam ao lado de muitas pessoas, mas é fundamental e é básico, é a água e os esgotos, o que é fundamental para o concelho.

Sra. Presidente – Vou assinar por baixo o que disseram os meus colegas de bancada, mas o Sr. Vereador Paulo Lopes disse algo fundamental, isto passa ao lado das pessoas e em traços muito gerais tenho de dizer o que aconteceu. Sabíamos ao que íamos, também disse e muito bem, e em 2003 penso que a votação foi por unanimidade. Sabíamos ao que íamos, mas fomos enganados, isto é que importa explicar às pessoas, a quem isto passa ao lado. Em 2013 o governo da altura, do PS, decidiu fazer este sistema multimunicipal de águas e saneamento e pediu ao município de Setúbal, porque este é fundamental para o sistema por causa do número da população, etc., o que vai fazer com que a tarifa dos outros baixe. A nossa não porque, hoje é mais baixa do que a dos outros municípios, mas neste sistema todos baixavam, é o que vinha fazer. Só que o governo da altura só dizia que entrássemos e alertámos que tínhamos uma concessão, prometia que o sistema em alta da Águas do Sado passaria para dentro da SIMARSUL e então pagámos o capital social para entrar na sociedade. Isto porque a Águas de Portugal eram propriedade do governo e detinham 60% do capital social da Águas do Sado. O governo podia abrir mão desses 60% fazendo com que a parte da alta viesse para o sistema. Nunca aconteceu e Setúbal nunca teve um investimento. Entregou o seu capital e até hoje nada, nenhum investimento. Pedimos nos sucessivos governos para se resolver esta situação, e se não era resolvida a parte da entrada em alta abrindo a Águas de Portugal esta situação podíamos ter este problema resolvido. Se não entrámos no sistema de pleno direito só temos o nome e o capital social, portanto é uma participação fictícia e é o que dizemos aqui, não se consegue resolver. O que é certo é que depois de muitas reuniões com a Associação de Municípios da Região de Setúbal, um município sozinho com os vários secretários de estado e ministros dos vários governos nunca se conseguiu resolver a situação, exceto com o governo da Sra. Ministra Dulce Pássaro, que tinha dado ordem para haver um pagamento de uma indemnização à Águas do Sado para a devolução do nosso capital social que nunca foi concretizado. Setúbal nunca viu o dinheiro que é dos seus munícipes. Não houve investimento nem coisa que o valha. Neste momento e quando de repente o governo decide vender a AQUAPOR e a Águas do Sado é privatizada na totalidade, tinha uma parte pública que era da Águas de Portugal e outra parte era privada, sem que o governo resolvesse o problema que criou a Setúbal. Vimo-nos assim outra vez “de mãos e pés atados”, portanto convém que quem não saiba disto fique a conhecer, mesmo de forma sumária e escurreita. Esta foi a oportunidade de resolvermos este problema uma vez que há novo acordo para a constituição da nova SIMARSUL, pois não rejeitamos a existência do sistema e é fundamental para isto que Setúbal entre no sistema. Não temos problema nenhum em entrar em 2023, assim o desejamos com o fim da concessão da Águas do Sado. Quando isso acontece Setúbal é muito bem-vinda ao sistema e faz todo o sentido para a regularização da tarifa de todos os municípios da península. Não nos opomos à criação da nova sociedade, mas queremos ver esta situação resolvida o mais rapidamente possível e que Setúbal seja ressarcida de todos os anos que não viu investimentos por via deste dinheiro.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 82/17 – Proposta n.º 08/2017 – GAP – Aquisição da Praça de Touros Carlos Relvas e correspondente abertura de financiamento através de leasing imobiliário**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 13 e 14.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Pode vir a ser uma boa iniciativa a futura aquisição deste património pelo que representa, no entanto, do ponto de vista administrativo-burocrático, penso que não estamos hoje em condições de aprovar esta proposta, porque não está aqui o que se diz no título: “aquisição da Praça de Touros”. Nos três pontos que aqui estão em nenhum nada se propõe quanto a isso. Além de não estar em nenhum sítio o porquê e agora, sempre foi usado e não está justificado. Por outro lado, não está avaliado e há uma comissão, até da própria Autarquia, para fazer avaliações. Não estão definidos os custos que o espaço tem para manutenção, conservação e reabilitação, não está aqui nada. Não estou em condições de aprovar hoje este processo sem ter os dados. Aqui não estão, mas podem estar noutro lado, a Autarquia não sabe no que pode estar a incorrer. A praça até pode estar em ruínas, não sei porque não fui lá dentro e nem tenho de ir. Vamos comprar o quê, como, e em que estado? Isto não está avaliado, Sra. Presidente!

Sr. Vereador Fernando Paulino – O PS tem praticamente as mesmas questões a colocar, não pela proposta em si, mas queríamos saber, além de que será um espaço polivalente, quanto é que custará a transformação do espaço para as necessidades da população de hoje e que não são as mesmas de 1889. As touradas se calhar têm um fim, que é previsível, mas transformar aquilo num espaço para eventos é uma mais-valia para a cidade e entendemos isso. Para toda a propriedade de interesse público era bom que a Autarquia tivesse a capacidade financeira para os adquirir, transformar e adaptar às necessidades das populações, isso seria o desejável, mas sabemos que isso não é possível em termos financeiros. Gostaríamos de ter uma proposta onde há a avaliação dos custos, não só os inerentes à manutenção de um espaço futuro, mas também na sua transformação, de e para quê. Hoje há um protocolo que custa 20 mil euros por ano ao município e só a aquisição é cerca de 1 milhão e 190 mil euros. Gostaríamos que essa avaliação estivesse feita e viesse plasmada na proposta para podermos em rigor fazer uma avaliação desse custo, dizendo já que a nossa posição não é contra a aquisição do espaço que entendemos ser de interesse público para o Município. Esse é o nosso entendimento e não gostaríamos que viesse a ser transformado noutra coisa qualquer que não fosse servir a população. Sabemos que noutros municípios estes espaços são postos ao serviço da população, mas por empresas particulares, nem tudo o que é de interesse público tem de ser de propriedade municipal, e existem os protocolos de colaboração que podem ser feitos para os usos dos espaços. Havendo a disponibilidade dessa informação podemos avaliar com outro rigor esta proposta de aquisição.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Nem sequer me estou a debruçar sobre a questão do financiamento da aquisição, isso é a seguir. Por agora é para decidir se compramos e sob que condições. O financiamento como é que se paga nem sequer falei e essa é outra matéria.

Sra. Presidente – Este equipamento anda a ser discutido quase há 10 anos e como quase todos os equipamentos importantes da cidade muitos deles abandonados, que ninguém queria saber deles, como o Quartel do 11, ou como foi o Convento de Jesus que se não fosse o município tinha caído de vez, ou como é o exemplo do Forte de S. Filipe senão cai de vez, etc., etc., e andamos há quase 10 anos com a Praça de Touros às voltas. Muita gente privada pergunta e oferece muito dinheiro, mas o município não tem nada a ver com isso se aquilo fosse preservado pois é um equipamento com interesse patrimonial, histórico e cultural. As pessoas vinham com muitas ideias e propostas, mas sempre a pedir alguma coisa à Câmara. Isso tinha sempre a ver com o espaço para um grande estacionamento que está ali perto. É um espaço que foi cedido



ao Comércio e Indústria, mas não está inserido no subsolo e podia até fazer-se o estacionamento com um privado. A família foi cedendo, cada vez com mais problemas com o pagamento do IMI e em relação à manutenção. Aquilo tem para já poucas alterações, tem ao nível dos sanitários e para ter as utilidades que tem hoje, as touradas e as marchas. São só estas atividades que ali decorrem. Foi feita uma proposta pela família, na ordem dos 2 milhões de euros e nós dissemos que não dávamos mais do que 1 milhão, exatamente para podermos fazer o que fizemos aos outros edifícios todos que referi e aos que não referi como o Mercado do Livramento, a Casa da Baía, etc., numa lista que já vai longa. Se fosse pela metade do preço proposto iríamos propor aos órgãos a aquisição, sendo certo que para já os investimentos são os que estão previstos para estes anos, para acolher novamente as marchas e a tourada. O tal protocolo com o Sr. Bolota, um antigo forçado que faz a manutenção daquilo. É dar os apoios para a manutenção comum e contribuímos para o fecho da praça à semelhança do que fez a Câmara Municipal do Redondo, a de Elvas ou a de Lisboa, e vemos o que é melhor. Era para se ir paulatinamente fazendo esse tipo de obras, sendo que o primeiro dentro dos próximos anos seria o fecho para permitir que o espaço seja multicultural. Um espaço onde possam ocorrer concertos, circo, e algumas atividades desportivas como um sarau de ginástica desportiva, como o *tumbling*, que ali tem cabimento, mas um jogo de futebol não pode ali acontecer. Não temos nenhum espaço em Setúbal com muita capacidade. Tínhamos o fórum com 1.100 lugares e hoje tem cerca de 700 derivado às obras e de acordo com a legislação em vigor pois muitos lugares tiveram de ser suprimidos. Se queremos um espetáculo de maior envergadura não há sítio, e gostaríamos de poder também arrendar o espaço, mas essencialmente dar uma grande utilização cultural e com alguns apontamentos desportivos que ali possam acontecer. Não gostaríamos que esta praça caísse nas mãos de privados e fosse desvirtuada para aquilo que tanto nos faz falta, ou que pudesse ser destruída e não ter este tipo de utilização que referi. É extremamente importante para uma capital de distrito e para um município como este que se está a afirmar cada vez mais e que não tem um espaço como este. Daí a proposta que não podíamos dizer que é de venda. Um leasing é um aluguer à entidade bancária ou outra e enquanto está a acontecer. É um aluguer e, portanto, não podemos dizer que vamos fazer a aquisição no dia a seguir à escritura. Este caderno de encargos tem de ter este programa de procedimento e estão aqui os termos.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Ainda bem que o disse, Sra. Presidente, como eu referi não ia falar da forma de pagamento porque “a bota não bate com a perdigota”. O assunto não é a aquisição da praça de touros, não pode ser. Faço um apelo novamente. Do ponto de vista político concordo que a praça de alguma maneira fique para a Câmara, mas do ponto de vista formal, hoje não posso aprovar este processo. Apelo que tragam a proposta na próxima reunião e devidamente fundamentada, quantificada, avaliada, e como deve ser, sem ser como “aquisição da praça de touros”. Não sei qual é a urgência e não será por quinze dias. Também era importante que viesse na proposta a justificação de ser agora. Estamos a chegar ao final do mandato e estamos a onerar para o próximo mais um milhão de euros, mas estamos na plena faculdade das nossas competências. Não é por aí que quero ir, mas sim adiar 15 dias e ter um dossiê quantificado e devidamente justificado. Aí todos com certeza podemos aprovar esta proposta, que não pode ser uma aquisição.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Esta possibilidade é também uma questão de oportunidade e de mercado e que se calhar não era possível há três anos, e se calhar para o ano ou daqui a dois anos já não é possível. É uma questão de oportunidade e isso percebe-se. Não ia falar do processo em si, mas estive no 47.º aniversário da Tertúlia Tauromáquica de Setúbal onde foi colocada esta possibilidade. Estavam lá pessoas ligadas à tauromaquia a nível regional, nacional e internacional e onde foram entregues prémios do ano transato a cavaleiros, forçados, etc... Posso dizer que as pessoas não só ficaram extremamente satisfeitas com essa possibilidade, como até ficaram comovidas. Houve pessoas com lágrimas nos olhos vendo que era uma oportunidade de poder reverter a degradação que está na praça, manter a atividade tauromáquica e com uma grande compreensão por aquele espaço poder vir a ser um grande espaço cultural de Setúbal. Inclusive houve quem sugerisse outras praças para visitar para se



ver as reabilitações, ofereceram-se para vir connosco, uns sobre as atividades mais técnicas, a guarda dos animais, as opções dos espetáculos, etc., houve uma série de pessoas interessadas em ajudar a Câmara a concretizar ali um espaço de grande qualidade e qualificação para o nosso município. Havendo uma oportunidade é de aproveitar e de devolver ao Município uma praça de grande importância e que tem impacto nacional, qualificá-la e torná-la um espaço de excelência cultural e tauromáquica para o concelho. Também se falou da possibilidade de aquele espaço acolher e ser a casa da Tertúlia Tauromáquica, e ter outras atividades e negócios. É um potencial muito grande em que tínhamos toda a vantagem em concretizar o mais rapidamente possível porque os negócios vão e vêm e têm tempo de valor.

Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes – Realmente não entendi as dúvidas do Sr. Vereador Luís Rodrigues, não sei se é por estarmos a deliberar simultaneamente a forma do pagamento e a questão de fundo. Este é um equipamento a degradar-se e cujos proprietários querem alienar e o Município não tem um espaço polivalente, mas para o próximo mandato há certamente a adequação daquele espaço. Este aproveitamento tem sido feito noutros municípios e de muito menor dimensão. Mesmo no município de onde sou oriundo fizeram isso, no Redondo fizeram-no, em Elvas, Évora, em Lisboa e numa outra escala também, com o Campo Pequeno. Estes espaços ou estão destinados à sua degradação total ou aproveitamento para equipamentos modernos para a cidade. Em Setúbal faz falta e a oportunidade apareceu, é isso que aqui está, ainda mais com o modo de se pagar aquilo. Não é um esforço imediato e inteiro de pagamento, é uma forma que é comportável economicamente ao município e está-se a apresentar a decisão de adquirir com esta forma de pagamento. A questão de fundo que poderíamos discutir é se se justifica ou não fazer o aproveitamento daquele espaço, parece-me que sim e isso é consensual, mas temos de aproveitar a oportunidade de negócio. Os negócios são assim, ou há oportunidade ou não há, e nunca se adquire se não houver um vendedor e um comprador, não basta a vontade de apenas de um. O momento é este e temos de o aproveitar. Vamos deixar para o próximo mandato? Isso é daqui a uns meses e pode haver uma razão suficiente para isto estar diferente, ainda por cima quando estamos com as cautelas económicas que estamos para não deixar vir a questão a seco e sem cuidar de ver como é que se vai pagar. Está já aqui a forma de pagamento na deliberação proposta através do leasing, por isso penso que não há dúvidas do que faz falta e deve ser recuperado para a cidade. O ritmo dos investimentos e usos que lhe vamos dar deixemos isso para o próximo mandato, será a próxima vereação que vai decidir se vai gastar muito ou pouco e como, se vai fazer um campo pequeno ou um multiuso e como se faz em tantas praças do interior do País. Isso teremos tempo de decidir, agora é tempo de decidir sobre a oportunidade.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Agradeço as palavras dos que me antecederam, porque em nada contrariaram aquilo que eu disse. Do ponto de vista político e do interesse da cidade é importante que aquele património possa de alguma maneira vir à posse do município. Quanto a isso nada do que os vereadores que me antecederam contrariaram as minhas questões. Para já não é aquisição e tem de haver do ponto de vista técnico uma justificação. Se fosse da aquisição era o valor disso, se for de uma renda e que é o leasing que vamos pagar também tem de haver uma avaliação até da nossa equipa municipal que justifique que vamos pagar este valor. Não pode ser por uma decisão só da Sra. Presidente, ou nossa, tem de estar justificado. Não estou disponível para que mais tarde o Tribunal de Contas ou alguém vir dizer que tenho de pagar não sei quanto, porque a decisão não está fundamentada. Já disse que do ponto de vista político sim, quero, mas não pode ser é com esta justificação ou então digam que não é preciso. São só 15 dias e com o complemento do que aqui está.

Sra. Presidente – Não são só 15 dias, como sabe, se for à próxima reunião já não apanha a sessão da Assembleia Municipal, são 47 dias. Mas diga o que está mal, o que é que falta fundamentar?

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não está aqui o relatório técnico, se não é aquisição.



Sra. Presidente – A avaliação? Está aqui e já lha vou dar.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não é só a mim, é a toda a gente porque faz parte do processo, e tem de se alterar a proposta, porque não é aquisição.

Sra. Presidente – É uma aquisição por leasing.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não punha lá aquisição, é um aluguer de longa duração.

Sra. Presidente – Pedi ao Sr. Dr. Paulo Hortênsio para ir buscar o documento financeiro que devia estar aqui, peço desculpa, mas está aqui a avaliação. Quero dar-lhe a caderneta predial urbana e quanto é que vale os dados da avaliação do imóvel da Praça de Touros. Está aqui, 1 milhão 117 mil, é o valor tributável e o valor pelo qual as pessoas pagam o seu IMI. Quisemos pagar 1 milhão pela aquisição e as pessoas dizem que no mínimo nos paguem aquilo que pagamos às Finanças.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – O relatório da avaliação dos técnicos da Câmara não é isso.

Sra. Presidente – Quem tem de fazer isso é a empresa do leasing, como sabe.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Nesse caso vou votar contra, porque isto não é o relatório da Câmara, é a avaliação das Finanças. Tem de haver uma avaliação técnica.

Sra. Presidente – Há uma avaliação técnica pela empresa do leasing, tem de haver.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Não o posso fazer sem uma avaliação técnica, sem isso não pode haver deliberação minha, não vou assumir isso. Posso fazê-lo daqui a uns dias, mas agora não.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Quando a Câmara quer vender património tem de ter um relatório técnico, disso não tenho dúvidas nenhuma, mas quando comprar é obrigatório ou não? Se é obrigatório a proposta não está bem instruída e o Sr. Vereador Luís Rodrigues tem razão, se não é obrigatório estamos disponíveis para votar, até porque como foi dito estamos a favor da aquisição. Pode haver um formalismo, e “são os formalismos que fazem pagar os estendais”, já ouvi essa história várias vezes...

Sra. Presidente – O Sr. Dr. Paulo Hortênsio diz que no seu entendimento se fosse uma compra pura e dura tinha de ter avaliação, mas sendo um aluguer tem de estar aqui o valor patrimonial das finanças, porque têm de fazer a escritura nessa base. O leasing é que tem de fazer a avaliação, que pode ser mais cem ou menos cem, e arrendar em função dessa avaliação. O que estamos aqui a pôr é um preço base, que é o valor tributável das Finanças.

Sr. Vereador Paulo Lopes – A resposta não nos dá muita segurança, mas então tem de se alterar o assunto, pela sua justificação não pode ser aquisição, tem de ser arrendamento. Alguma coisa tem de ser alterada para isto bater certo e não haver problemas futuros para ninguém. A intervenção do Sr. Vereador Luís Rodrigues foi nesse sentido. Os serviços é que têm de dizer o que é que pode ser, não sou jurista. Temos é que votar com a convicção de que estamos a votar com os formalismos corretos.

Sra. Presidente – Vamos então alterar o título da proposta para aquisição por leasing.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Pedia que no futuro estas proposta fossem mais bem fundamentadas para não estarmos aqui a discutir isto tudo. A proposta foi entregue muito em

4

cima da reunião, e foi aceite até porque podíamos dizer que não a queríamos votar, por causa das 48 horas, mas não é esse o objetivo, é o de ter as coisas o mais certo possível.

Sra. Presidente – É como diz o Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes, é uma oportunidade, e não podemos perder mais 47 dias.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, com a alteração introduzida, sendo aprovada por maioria e em minuta, 10 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e do PS e 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD/CDS.

6. **Deliberação n.º 55/17 – Proposta n.º 02/2017 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/GAF/2014 (Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho de Setúbal para o mandato 2013-2017). Adenda ao Acordo de Execução celebrado com a União de Freguesias de Setúbal na área da limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 56/17 – Proposta n.º 03/2017 – GAF – 2.ª adenda à proposta n.º 02/GAF/2014 – Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de São Sebastião para o mandato 2013-2017 – Alteração ao artigo 6.º-A, aditado pela proposta n.º 03/GAF/2015**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 e 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 57/17 – Proposta n.º 11/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Prestação de serviços de auditoria externa e revisão legal de contas, pelo período de 36 meses**

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 20.

Sr. Vereador Luís Rodrigues – Vou ter de me retirar daqui a poucos minutos, mas tenho questões. Ainda bem que esta proposta vem agora porque como se sabe quando este processo veio aqui não o aprovei, porque este procedimento ainda não tinha sido feito. Agora sim, vem o procedimento de abertura de concurso e, portanto, dou os parabéns por terem retificado aquilo que antes e não tinha sido o procedimento correto.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O facto de haver uma recomendação da Ordem dos Revisores obriga a que a Câmara a acate? Estamos a falar de uma despesa que passa de 6 mil anuais para 14 mil.

Sra. Presidente – Por isso é que vem o concurso.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O preço pode ser para baixo? É que está mais alto.



Sra. Presidente – A questão que o Revisor nos coloca é que a Ordem está a colocar problemas, porque está a criar concorrência com os colegas. Então está aberto o concurso para quem quiser concorrer e os preços podem vir mais baixos.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura dos trabalhos ausentou-se o Sr. Vereador Luís Rodrigues, não tendo voltado à reunião até ao final da mesma.

9. **Deliberação n.º 58/17 – Proposta n.º 12/2017 – DAFRH/DIGEF – 2.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Plano de Atividades Municipais e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

10. **Deliberação n.º 59/17 – Proposta n.º 13/2017 – DAFRH/DIGEF – 1.ª Revisão ao Orçamento**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

11. **Deliberação n.º 60/17 – Proposta n.º 14/2017 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Alteração ao contrato de concessão de uso privativo de terreno do domínio público para instalação e exploração de parque de campismo, entre o Município de Setúbal e o Clube de Campismo de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 61/17 – Proposta n.º 15/2017 – DAFRH – Abertura do Procedimento de Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo – Orçamento 2017**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 38.

Sr. Vereador Paulo Lopes – A posição do PS sobre as propostas de contratação de empréstimos tem sido a seguinte, sempre que há uma proposta para contratação de empréstimo a curto prazo, ou seja, que é executado e pago no mesmo ano, o que tem a ver com tesouraria, temo-nos absterido. Sempre que é para contrair mais dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo temos votado contra. Tem sido a nossa bitola ao longo deste mandato. Esta proposta vem fundamentada com intervenções muito específicas e obviamente umas estão em curso e outras já foram realizadas inclusivamente outras irão ser realizadas no próximo ano. Iremos abster-nos, porque entendemos que o que está aqui é fundamental e faz muita falta ao



concelho. Muitas delas já deviam estar executadas há muito tempo. No entanto e sem querer entrar em grande discussão digo claramente que se não fosse mais um empréstimo de 5 milhões de euros dificilmente a Câmara podia executar estas obras ou pagar as que já estão feitas, o que vem ao encontro daquilo que dissemos quando foi da discussão da prestação de contas e do orçamento, que a Câmara não tem receita efetivamente para realizar muita obra senão contraindo mais empréstimos. Vamos abster-nos e a título excepcional, porque o que aqui está faz falta, eventualmente já deviam ter executado muitas destas obras há mais tempo e haverá muitas outras que não constam deste mapa e que ainda estarão por fazer. Mesmo com a sinalética a dizer que não há dinheiro, sempre contornaram essa vertente fazendo obras e por isso coloco a questão. Muitas destas obras que já estão feitas se não fosse a contratação deste empréstimo como é que iam ser pagas? Ou não iam ser pagas ou então iam juntar-se a um aumento de dívidas a fornecedores. Não vale a pena entrar hoje nesta discussão, já é sabida a posição dos partidos e vamos abster-nos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O Sr. Vereador vai dizendo que não vale a pena discutir, mas sempre vai dizendo umas coisas. É interessante falar nas obras que faltam fazer quando diz que não valia a pena fazer e para as quais não havia dinheiro. Essas são as que são possíveis realizar com a nossa capacidade financeira real de contrair empréstimo e pagar. Todas as que fomos capazes de fazer assim o faremos, isso chama-se boa gestão financeira municipal que permite trabalhar e pagar mais atempadamente do que temos conseguido até agora. É um ato de boa gestão financeira e as reflexões dos partidos são as reflexões dos partidos, mas é preciso dizer isto.

Não tendo havido discussão, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

13. Deliberação n.º 62/17 – Proposta n.º 04/2017 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas administrativas inerentes a pedido de ocupação da via pública com bancas para venda de brindes – RENASCER – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura – União das Freguesias de Setúbal

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 63/17 – Proposta n.º 05/2017 – DAAE/DIAES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Netmentora

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. **Deliberação n.º 64/17 – Proposta n.º 06/2017 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2016**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. **Deliberação n.º 65/17 – Proposta n.º 07/2017 – DAAE/DIAES – Aceitação de doação ao Município de Setúbal efetuada pela Sr.ª Dr.ª Graciete Alexandre Lança**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. **Deliberação n.º 66/17 – Proposta n.º 22/2017 – DCED/SMBM – Renovação do empréstimo de peças do acervo do Museu do Trabalho Michel Giacometti – Câmara Municipal de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. **Deliberação n.º 67/17 – Proposta n.º 23/2017 – DCED/SMBM – Doação de cinco obras de arte ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. **Deliberação n.º 68/17 – Proposta n.º 24/2017 – DCED/SMBM – Doação de documento bibliográfico ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. **Deliberação n.º 69/17 – Proposta n.º 25/2017 – DCED/SMBM – Doação de uma obra de arte ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 70/17 – Proposta n.º 26/2017 – DCED/DISOC – Associação Centro Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal. Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 71/17 – Proposta n.º 27/2017 – DCED/DICUL – Apoio à Tertúlia Tauromáquica Setubalense

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 72/17 – Proposta n.º 28/2017 – DCED/DICUL – Apoio à realização da ópera infantil “Um Sonho Mágico”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 73/17 – Proposta n.º 29/2017 – DCED/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso para a realização da 10.ª FESTA DO CINEMA ITALIANO

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 74/17 – Proposta n.º 30/2017 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 75/17 – Proposta n.º 31/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Moradores do Casal das Figueiras – Trilhos do Javali Noturno 2017

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

27. **Deliberação n.º 76/17 – Proposta n.º 32/2017 – DCED/DIDES – Apoio financeiro às instituições parceiras no Projeto Municipal “Desportivamente em (Re)Forma”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

28. **Deliberação n.º 77/17 - Proposta n.º 33/2017 – DCED/DIDES – Protocolos de Cedência de Instalações Desportivas Municipais – Época desportiva 2016/2017**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

29. **Deliberação n.º 78/17 – Proposta n.º 34/2017 – DCED/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos Verticais de Escolas para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação dos equipamentos de cozinha, relativo ao 1.º e 2.º períodos do ano letivo 2016-2017**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

30. **Deliberação n.º 79/17 – Proposta n.º 35/2017 – DCED/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste, atividades de ação educativa (realização de visitas de estudo), para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativo ao 1.º e 2.º períodos do ano letivo 2016-2017**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 e 70, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

31. **Deliberação n.º 80/17 – Proposta n.º 36/2017 – DCED – Núcleo Museológico Urbano – Definição de preços de “Merchandising”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

32. **Deliberação n.º 81/17 – Proposta n.º 37/2017 – DCED/DICUL – Aceitação de doações – IX Concurso de Fado de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Hernâni Russo – Esperava não vir cá hoje, mas não recebi a visita da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Carlos Rabaçal. Entretanto recebi uma notificação a dizer que o processo ia prescrever por não ter apresentado documentação e paguei mais de 260 euros por esse processo. Isto já vai em quatro anos e estou cansado com este processo do terreno. São muitas reuniões e não houve qualquer sucesso. Recebi o recibo do lote e mostrei à Sra. Presidente, pelo que não usurpei terreno nenhum. Houve um engano dos serviços técnicos ao não se alterar a planta da casa. Há ainda a questão da casa de banho pois não posso estar a descer a meio da noite para urinar e por isso passei-a para o andar de cima. A alteração foi incorporada na licença de habitação e não houve problemas com isto. A escritura foi feita no tempo do ex-presidente Lobo, em 1978, e a partilha foi feita, confiei que estava tudo certo, mas não. O terreno tem 78 metros e a escritura tem 60. Sei que tenho de pagar os 18 metros a mais, porém o preço é excessivo, 2 mil euros é muito dinheiro pois comprei o resto do terreno a 40 cêntimos por metro quadrado. Estou à espera de uma solução para que isto se resolva.

Sra. Ana Isabel Balão – Tive uma habitação na Alameda das Palmeiras e entreguei uma carta escrita por uma advogada que dava conta disso pois a habitação seria para depois ser trocada por uma outra. Entretanto assinei um papel sem o ler, supostamente a dizer que a deixava sem ficar nada partido, porém ficou como desistência e não troca. Isto foi motivado por problemas entre ciganos. Atualmente e desde 2009 vivo numa casa alugada com uma filha e uma neta e pago 220 euros de renda, o que é incomportável. Recebi duas cartas, mas nunca cheguei a ser recebida pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal. Acho indigno estar a passar estas dificuldades desde 2009 por causa desta renda exagerada que pago.

Sr. Edgar Cardoso – Tenho um pedido de habitação social pois onde moro a casa está a partir-se, sendo isto perigoso para quem ali mora e especialmente para um filho que tem problemas cardíacos. Não preciso de uma casa nova ou luxuosa, mas de um canto para morar com a minha família e já ando assim há 10 anos, numa situação drástica. Quando chove os miúdos assustam-se muito e assim ninguém tem sossego. Ando já com uma depressão graças a isto.

Sr. Jaime Marques – Estive aqui há 5 semanas para resolver a questão do reboque da minha viatura. A Sra. Presidente ficou de resolver o problema e por isso recebi um telefonema que não percebi se era uma proposta ou uma dúvida. Fiquei sem perceber.

Sr. Pedro Ribeiro – Estive cá há 2 ou 3 meses para receber o pagamento atrasado de algumas obras do Município e foi-me comunicado que isto ia ser tratado e resolvido. Tenho tentado de todas as formas e feitiços falar com o Sr. Dr. Paulo Hortênsio, mas não tenho conseguido e apesar de haver instruções por parte da Sra. Presidente. É por isso que aqui estou. Preciso de resolver este assunto muito urgentemente, porque isto implica com a sobrevivência da empresa e dos funcionários.

Sr. Paulo Oliveira – Não venho pedir ajuda à Câmara, mas sim ajudar a Câmara num problema de liberdade religiosa e num de requalificação urbana do centro da cidade. Há 10 anos fui pioneiro na requalificação e gastei cerca de 800 mil euros que tive de pedir ao banco. Há um despacho proferido pelo Sr. Vereador Manuel Pisco Lopes e assinado pela Diretora de Departamento do Ambiente e Atividades Económicas, a Sra. Dra. Elsa Lopes. Quando se trata de matéria legal não se emitem despachos contrários à lei, Sr. Vereador, e se não é jurista devia falar com um para se emitir este despacho. Só fazem referência ao art.º 3.º, do Regulamento Geral do Ruído, mas o mais importante é o 14.º, que diz que é proibido atividades ruidosas temporárias na proximidade de edifícios de habitação aos sábados, domingos, feriados, e nos dias uteis entre as 20h00 e as 08h00. Desde 26 de setembro que apareceu um padre, que convoquei, porque não consigo entender o porquê dos toques do sino da Igreja de São Julião. Moro na Rua Serpa Pinto e a partir de um dia em setembro acordei com um “terramoto” em casa

5

desde as 08h00 da manhã devido aos batimentos do sino. Foi durante todo o dia e como se estivéssemos na Idade Média, com toques durante todo o dia com intervalos de quinze minutos. Segundo o Regulamento do Ruído não pode haver som nenhum nos dias e horas que mencionei. Acho bem que o Sr. Padre faça a redução do ruído. Ou se escolhe os sinos ou então os investimentos na requalificação urbana. Há outras pessoas a pensar vir cá tal como os donos de *hostels* ou de habitações para alugar que ficam prejudicadas e também a cidade, porque os turistas só ficam uma noite e queixam-se nas redes sociais.

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 73.

Sra. Presidente – Em resposta ao Sr. Russo, quando as pessoas colocam problemas aqui tenho gente para me ajudar nestas coisas e pensei que isto já estava resolvido e nem era preciso lá ir, porque não faz sentido os valores que neste momento estão a ser cobrados e pedi para regularizarem o problema. Não preciso de lá ir porque conheço os terrenos. Amanhã vou saber onde está o processo e saber porque não está resolvido. Dois mil euros são efetivamente um exagero, o que não pode ser já que algumas parcelas até foram dadas. Depois avisamo-lo para se fazer a escritura.

Quanto à Sra. Ana Isabel não tenho motivos para desconfiar do que diz, mas o técnico deste processo já não trabalha na Câmara, com certeza terá entendido que a senhora ia sair da casa. Isto não são problemas de ciganos, são problemas de pessoas. Esta matéria será respondida pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, assim como a do Sr. Edgar Cardoso.

O Sr. Jaime Marques disse que esteve aqui há cinco semanas, mas afinal ligaram-lhe há duas semanas. Fizeram-lhe uma proposta à qual terá de responder. Este carro estava mesmo para ser abatido e tivemos de o ir buscar à empresa que tem o contrato da recolha das viaturas e tivemos de pagar um balúrdio para não ser abatido. No entanto tem de pagar os cento e tal euros do estacionamento senão vai para abate. Tivemos de pagar mais de dois mil euros para recuperar o carro e as viaturas não podem estar paradas durante meses e meses. De certeza que as autoridades tentaram contactar o Sr. Jaime e certamente que não terá direito a qualquer indemnização. Tem de ir ver o carro acompanhado de um técnico camarário. Se não o vê não pode adivinhar como está. Se declina a proposta tem de o pôr por escrito.

O Sr. Pedro Ribeiro diz que há três meses que não consegue falar com o Sr. Dr. Paulo Hortênsio, mas ele pagou-lhe 15.461,97€ no dia 27/12/2016. Isto já vai num mês e meio, pelo que não corresponde à verdade. Isto está no contrato de saneamento financeiro que está a ser feito na Câmara e já foi aprovado. Isto foi explicado, os juros foram pagos para não serem mais prejudicados. Em relação ao valor que está em causa, e como ainda não veio o visto do Tribunal de Contas que estava neste pacote disse ao Sr. Dr. Paulo Hortênsio para ir pagando já uma parte. É isto o que aconteceu e o que não foi dito. Ninguém lhe tira a legitimidade e o ressarcimento do vosso dinheiro, mas à medida que as obras foram sendo feitas e viram que não tinham condições para aguardar os pagamentos não deviam ter concorrido às obras. No final da reunião deverá falar com o Sr. Dr. Paulo Hortênsio.

Em relação ao Sr. Paulo Oliveira, já vimos esta situação com o Sr. Padre Rosmaninho que diz que já reduziu o som do sino e retirou alguns toques nos intervalos. De acordo com a lei desde que não se passe de determinados decibéis já não se pode fazer grande coisa, mas vamos falar com a igreja e depois dou-lhe conhecimento. Também faremos medições.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A situação da Sra. Ana Balão era recorrente e às vezes ainda acontece de choques entre famílias ciganas. Desconheço o processo e como eram feitas as coisas em 2009, mas agora são de uma forma muito simples, quem sai, sai! Não há trocas e nem volta a dar. A Câmara não tem de resolver sucessivas habitações para sucessivos litígios de acordo com as regras que não são as da habitação. Não conheço, mas amanhã a Sra. Dra. Raquel Levy irá recebê-la para fazer uma avaliação ao processo para se ver o que se pode fazer. Em relação ao Sr. Edgar é um caso conhecido e prioritário, é uma situação difícil entre muitas que temos. Não tenho aqui o processo, mas propunha que igualmente reunisse com

a Sra. Dra. Raquel amanhã para se averiguar a situação processual do realojamento. Tragam todas as informações disponíveis e as coisas serão vistas de acordo com as regras para a habitação em vigor.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e dez minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 15 de março de 2017, por unanimidade, contém 31 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Monteiro Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro